

RELATÓRIO CONSULTA INTERNA 25 PROCESSO DE AIR

19 DE JULHO DE 2016

SEGER/GPLAN/COBPR

ANS

SUMÁRIO

	pg
I - Introdução	3
II - Dados estatísticos sobre as contribuições recebidas	4
III - Análise e avaliação das contribuições recebidas	7
IV - Conclusão	9
ANEXOS:	
Anexo I – Portaria que designou o GT – AIR	10
Anexo II – Minuta disponibilizada para consulta interna e seus anexos	11
Anexo III – Consolidação, análise e avaliação das contribuições recebidas	29
Anexo IV – Quadro comparativo da minuta pré e pós consulta interna	59
Anexo V – Minuta e seus anexos após a incorporação das contribuições	72

RELATÓRIO DA CONSULTA INTERNA

I - INTRODUÇÃO

A Consulta Interna sobre Análise de Impacto Regulatório (AIR) teve por objetivo a coleta de contribuições dos servidores, como parte essencial do processo de construção coletiva da proposta de regulamentação do fluxo de elaboração regulatória da ANS demandado pela Dicol, em sua 442ª reunião, em 20 de abril de 2016. Um Grupo de Trabalho (GT-AIR, conforme ANEXO I) composto por servidores de todas as diretorias e a PROGE, sob a coordenação da SEGER, foi criado para a tarefa de elaboração da proposta de minuta, disponibilizada para esta consulta. Foi determinado o prazo de até noventa dias para a conclusão da proposta a ser apreciada pela Dicol.

O trabalho teve por base as Boas Práticas Regulatórias, preconizando o uso da AIR, conforme as diretrizes já dispostas no Guia Técnico e Manual de Boas Práticas Regulatórias, elaborado pelo Grupo Executivo - GEBPR, criado em 2013. O Manual foi elaborado sob a perspectiva de promover a melhoria da qualidade regulatória, com orientações básicas para os procedimentos relacionados ao fluxo regulatório. A ideia foi tornar o trabalho de elaboração regulatória cada vez mais eficiente e transparente, contribuindo para a melhoria da governança regulatória da Agência.

A regulamentação proposta pelo GT, através da minuta de uma Resolução Administrativa, incluiu as diretrizes básicas do processo de AIR, com a definição do seu fluxo, suas etapas e as instâncias correlatas, conforme as melhores práticas nacionais e internacionais disponíveis e as considerações e experiências trazidas pelos membros do GT.

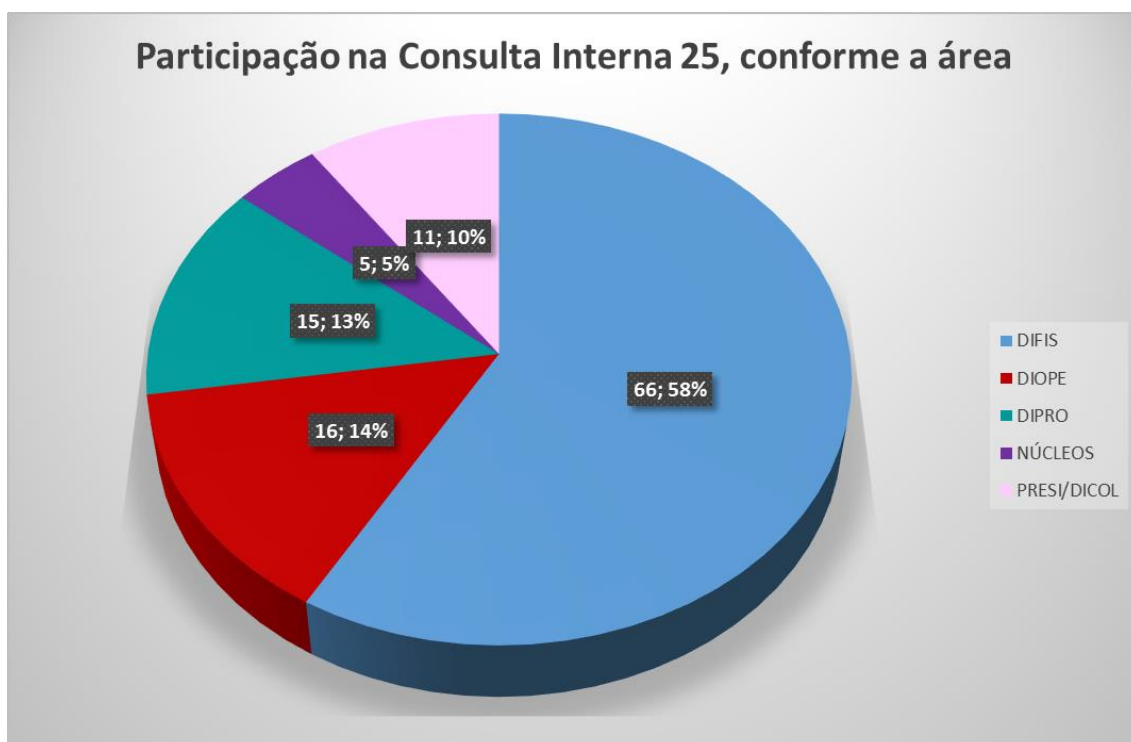
A programação dos trabalhos do GT, incluindo seis reuniões, programadas de 26 de abril a 13 de maio, e os temas a serem debatidos em cada uma delas foi disponibilizado na Comunidade Boas Práticas Regulatórias, na INTRANS. Após os encontros foi solicitado aos Diretores Adjuntos a apreciação do documento produzido pelo GT, que efetuou nova análise destas contribuições. Foi realizada também uma reunião com o Grupo Executivo para a apreciação dos trabalhos e coleta de contribuições. Em seguida, foi realizado um Espaço Aberto para o compartilhamento do trabalho e divulgação da consulta interna, onde a Minuta, constante no ANEXO II, pôde ser apreciada artigo a artigo por todos os servidores, via aplicativo web, disponibilizado na INTRANS. Foram disponibilizados também na Comunidade, material de referência teórica, para auxílio e melhor compreensão do tema por parte dos servidores.

A consulta foi realizada no período de 17/06 a 01/07 e contou com a participação de quinze servidores, que enviaram um total de 113 contribuições. Após seu encerramento, as contribuições foram avaliadas pelo GT, que revisou o texto da Minuta, modificando-o conforme o acatamento ou não das sugestões apresentadas.

Os resultados e dados estatísticos são apresentados a seguir:

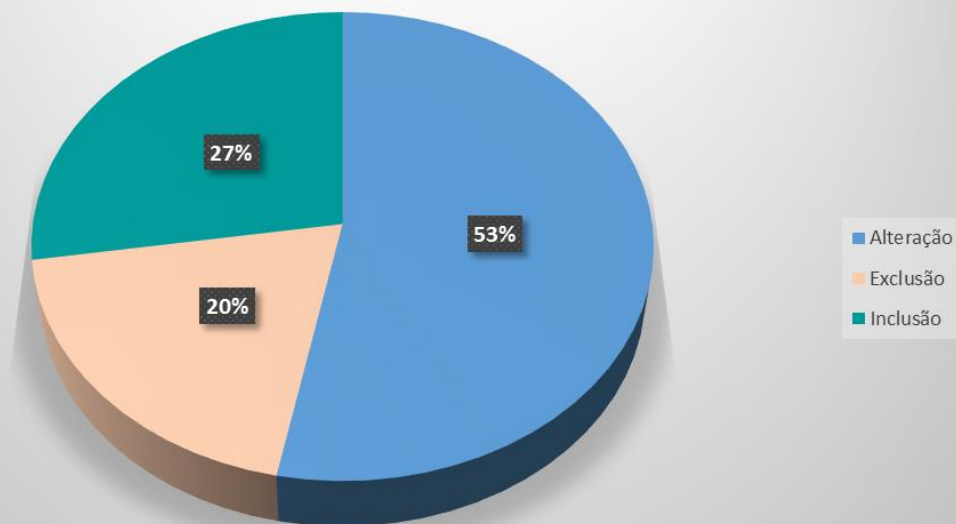
II – DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

A maior parte das contribuições, 66 (58%), foram de servidores lotados na DIFIS. O restante das contribuições foram recebidas das demais áreas, conforme o demonstrado no gráfico abaixo. É importante ressaltar que a DIDES e a DIGES participaram de forma representativa no âmbito do GT.



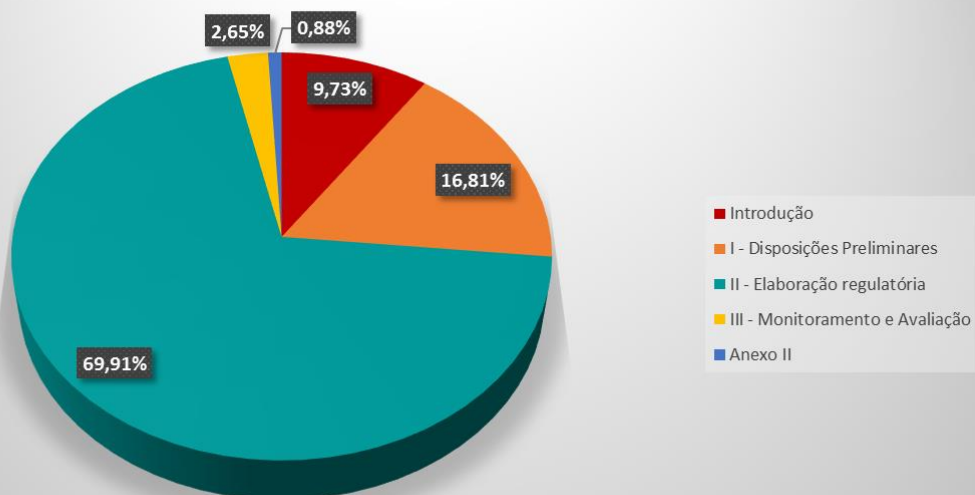
Quanto ao tipo de comentário, 53% foram sugestões de alteração do texto proposto, 27% foram para a inclusão de itens específicos e 20% para a exclusão de itens constantes no texto da proposta, conforme pode ser observado abaixo:

Distribuição das contribuições por tipo de comentário

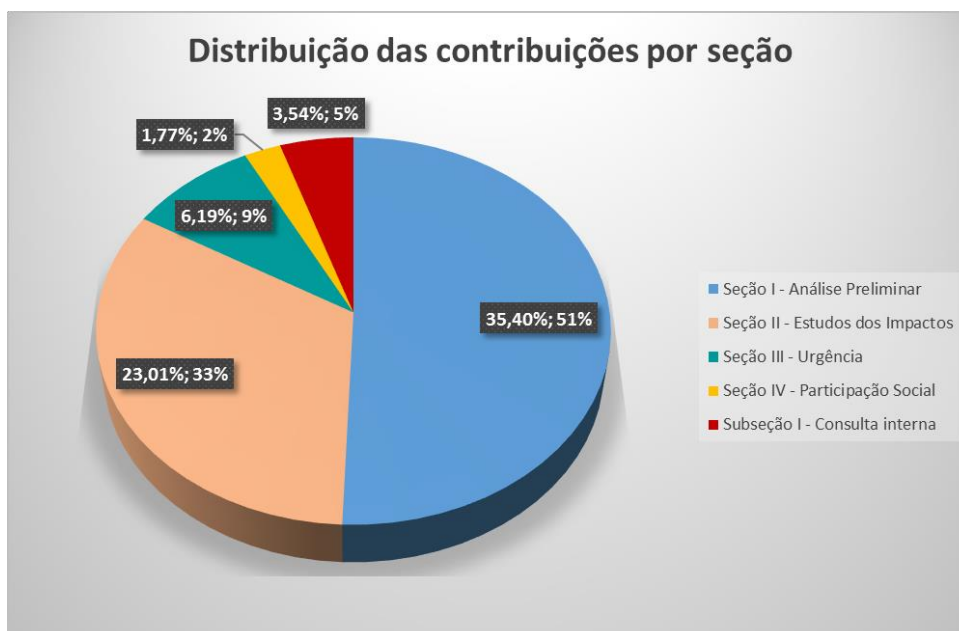


Em relação aos assuntos constantes na proposta, o capítulo II, que tratou da elaboração regulatória recebeu a maioria das contribuições - 69,91%, seguido do capítulo I sobre as disposições preliminares - 16,81%, questões gerais (introdução) - 9,73%, o capítulo III sobre monitoramento e avaliação - 2,65% e o anexo II - 0,88%, conforme mostra o gráfico abaixo:

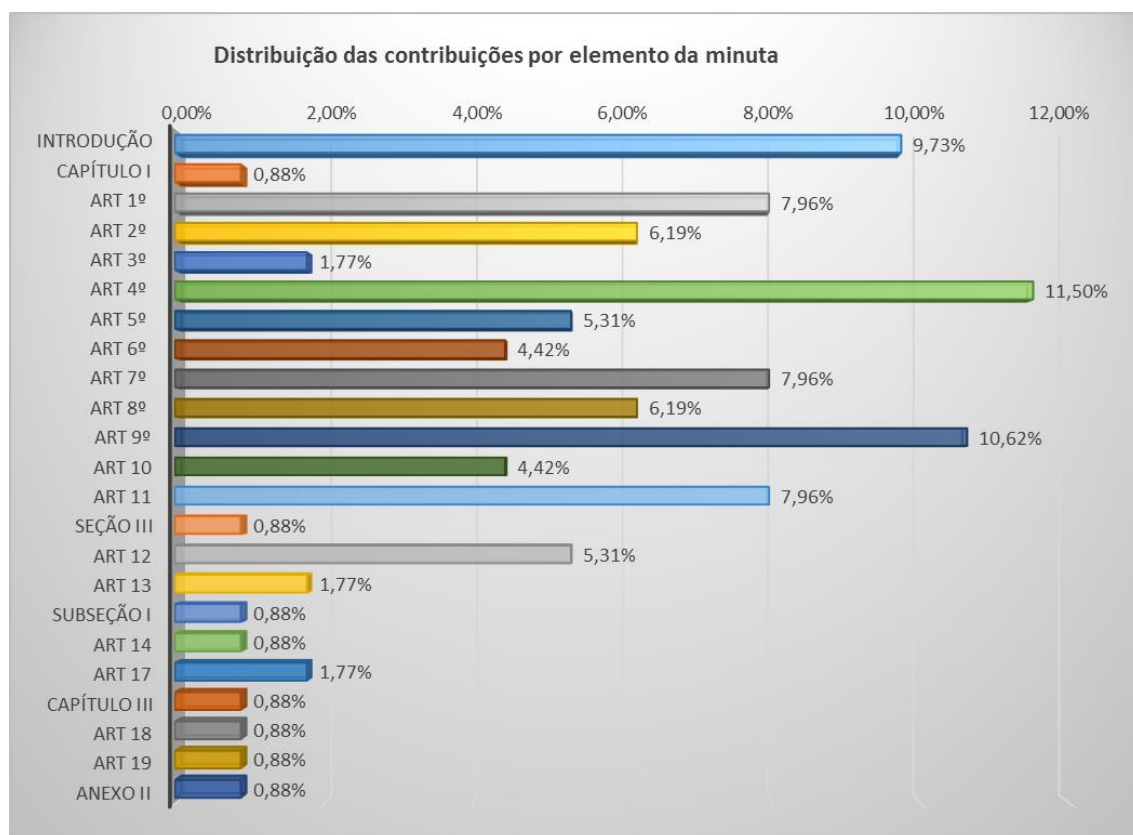
Distribuição das contribuições por capítulo



O Capítulo II – Da Elaboração Regulatória, que recebeu a maioria das contribuições é dividido em quatro seções, com uma subseção, sendo a seção I – Análise Preliminar, a que mais recebeu comentários, seguida pela seção relativa aos Estudos de Impactos, ou seja, as seções mais específicas sobre o tema e seus níveis de análise, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:



O gráfico abaixo mostra a distribuição das contribuições recebidas por elementos da minuta. O artigo 4º, que trata do início do processo, com a elaboração da análise preliminar, considerado o nível I da AIR, recebeu a maioria das contribuições, seguido do artigo 9º, que trata da continuidade e aprofundamento dos estudos de impacto, considerado o nível II da AIR. O artigo 1º, também teve grande número de contribuições, pelo fato de especificar quando e como deve ser iniciado o processo de AIR.



As sugestões de exclusão de itens constantes na minuta foram principalmente de servidores lotados na DIFIS e DIOPE. Os capítulos das disposições preliminares e o da elaboração regulatória tiveram participações mais equitativas entre as áreas.

III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

A SEGER realizou a consolidação e uma pré-análise, em blocos e por participante, das contribuições recebidas e submeteu-a ao GT, para a avaliação.

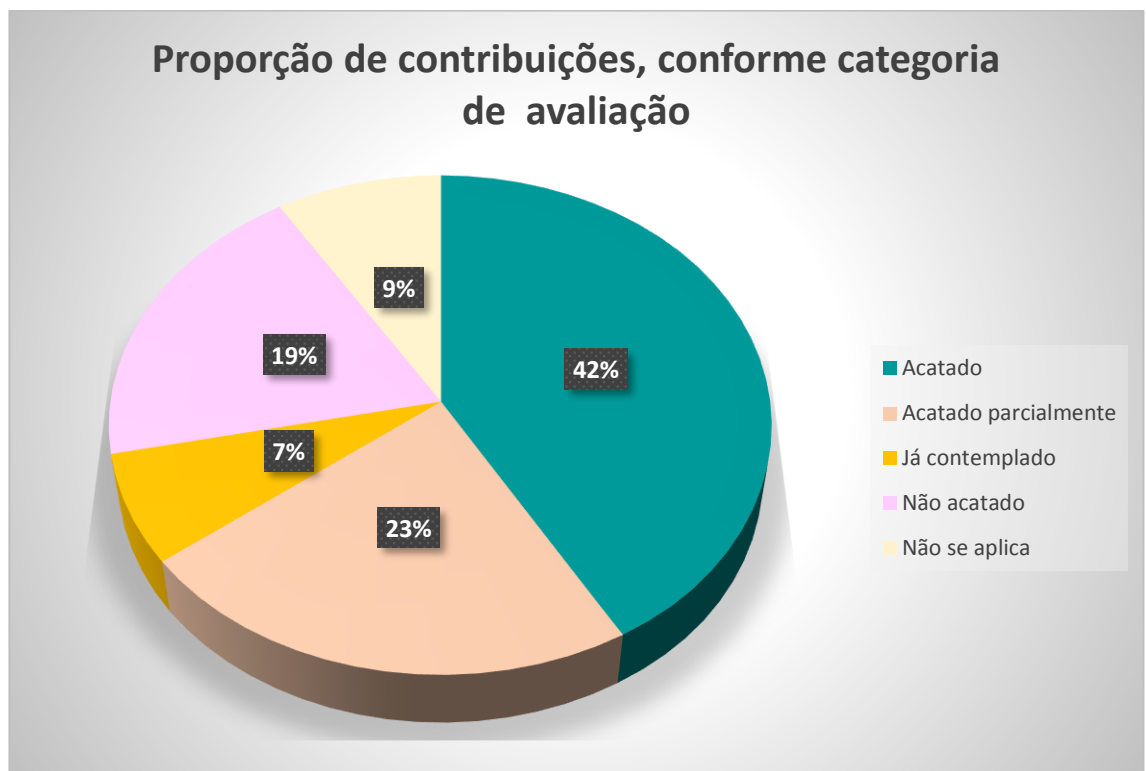
As contribuições foram categorizadas em:

- Acatadas: contribuições que foram completamente consideradas, quanto à forma e conteúdo;
- Acatadas Parcialmente: contribuições cujo conteúdo foi parcialmente considerado ou modificado para sua adequação ao texto;
- Já contempladas: contribuições cujo conteúdo já se encontrava disposto sob quaisquer outros formatos;

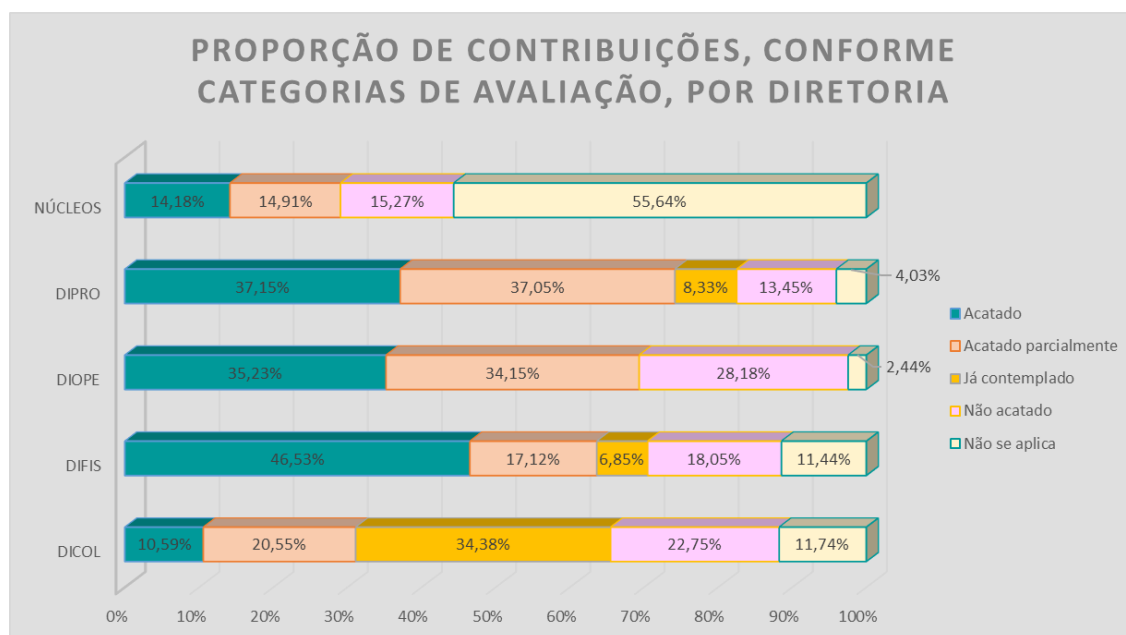
- Não acatadas: contribuições cuja forma e conteúdo não foram aceitas, conforme o entendimento sobre a adequação da proposta; e
- Não se aplica: contribuições cujo conteúdo é considerado não atinente à matéria em questão.

Considerando a ocorrência de várias contribuições divergentes entre si, quanto ao entendimento de que o processo de AIR deveria ser, ora mais detalhado, ora mais amplo e flexível, o GT trabalhou no sentido de encontrar soluções moderadas em benefício da melhor compreensão possível por parte de todos os servidores, sobre o fluxo adequado e bem demarcado, porém ágil, para um processo de AIR.

Os gráficos a seguir apresentam os percentuais conforme as categorias de avaliação para o conjunto das contribuições e por diretorias. É possível verificar que o percentual de contribuições aceitas (parcial ou totalmente) foi de 65%; com a inclusão das já contempladas, alcança o patamar de 72%.



Considerando a avaliação, estratificada por diretorias, pode-se verificar que os índices de aceitação das propostas também foram significativos, variando de 29,1% a 74,2%, com maiores níveis nas áreas finalísticas, com maior volume de contribuições.



A manifestação motivada sobre o acatamento ou rejeição das contribuições recebidas na Consulta Interna encontra-se no ANEXO III, incluindo as que foram recebidas sob outros formatos.

Foi construído quadro comparativo da minuta, antes e depois da consulta interna, de forma a realçar as alterações realizadas (disponível no ANEXO IV)

A consolidação final das contribuições e sua incorporação à minuta pode ser consultada no ANEXO V.

IV - CONCLUSÃO

A presente Consulta apresentou um volume de contribuições significativo, confirmando a importância da participação dos servidores, para a construção de propostas, cujo teor envolve entendimentos variados e experiências que devem ser compartilhadas entre as áreas.

A maioria das contribuições foi acata ou parcialmente acatada, alcançando 65%. O processo de construção da minuta a ser apresentada à Diretoria Colegiada foi intenso e rico, detalhando o fluxo, ao mesmo tempo em que procurou simplificá-lo ao máximo, de forma a garantir a eficiência em seu uso, demarcando suas interfaces com o processo normativo e as formas de participação social.

É importante ressaltar que o resultado desse trabalho teve como ponto de partida o benchmarking com outras Agências Reguladoras e antecipa o cumprimento de uma possível regulamentação por parte do Poder Legislativo.

ANEXO I
PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO GT AIR

PRESI

PORTARIA Nº 8114, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Constitui o Grupo de Trabalho de Boas Práticas Regulatórias A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no artigo 10, inciso I, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; artigo 86, inciso IV, da Resolução Normativa nº 197, de 16 de julho de 2009, conforme deliberado na 441ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 20 de abril de 2016 resolve:

Art.1º Instituir o Grupo de Trabalho de Boas Práticas Regulatórias com a finalidade de propor a regulamentação/disciplinamento do fluxo de elaboração Regulatória da ANS baseado em Boas Práticas, na perspectiva da incorporação e utilização de ferramentas e instrumentos de análise de impacto regulatório - AIR nos processos de elaboração regulatória de todas as Diretorias da ANS, conforme deliberação da DICOL.

Art. 2º O Grupo será composto por um representante titular e um suplente, dos seguintes órgãos, abaixo designados:

I – Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos

Titular: Mirian Carvalho Lopes e Suplente: Luiz Ricardo Trindade Bacellar;

II - Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras

Titular: Renata Gasparello de Almeida e Suplente: Fernanda Lemos Lima;

III - Diretoria de Fiscalização

Titular: Alexandra Cerqueira Campos e Suplente: Danielle Mattos;

IV - Diretoria de Gestão*

Titular: João Roberto Caldeira de Oliveira e Suplente: Ana Cecilia de Sa Campello Faveret;

V - Diretoria de Desenvolvimento Setorial

Titular: Leonardo Fernandes Ferreira e Suplente: Milene Lima Sefair Verdussen;

VI – Presidência

Titular: Eduardo Henrique de Assumpção Pereira e Suplente: Marcia Franke Piovesan e

VII – PROGE - Dalton Coutinho Callado

Parágrafo único. A coordenação dos trabalhos do Grupo caberá à SEGER/GPLAN/COBPR.

Art. 3º O Grupo de Trabalho de Boas Práticas Regulatórias terá o prazo de até noventa dias para a conclusão da proposta de regulamentação a ser apreciada e aprovada pela DICOL.

Art. 4º Poderão ser convidados, a critério da SEGER, outros participantes com conhecimentos específicos sobre AIR ou temas a serem tratados nas reuniões.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

*A servidora Maria Tereza de Marsillac Pasinato contribuiu também pela DIGES.

ANEXO II

MINUTA DISPONIBILIZADA PARA A CONSULTA INTERNA

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - RA Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2016

Dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório – AIR, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar como requisito de admissibilidade para deliberação da Diretoria Colegiada de proposta de medida regulatória e altera a Resolução Administrativa - RA nº 49, de 13 de abril de 2012.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem o inciso II do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, o Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, e a alínea “d” do inciso II do artigo 86 da Resolução Normativa – RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em 4, de abril de 2012, adotou a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente Resolução Administrativa dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório – AIR, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar como requisito de admissibilidade para deliberação da Diretoria Colegiada de proposta de medida regulatória.

§ 1º. O processo de AIR somente será obrigatório para as medidas regulatórias, especialmente os projetos vinculados à Agenda Regulatória, que possam gerar repercussão direta no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.

§ 2º. Por expressa decisão do Diretor, os processos internos que apresentem impactos operacionais poderão utilizar o processo de AIR, no que couber.

§ 3º. Nos casos em que houver a possibilidade de edição de ato normativo, o processo deverá ser instaurado, obrigatoriamente, com a Análise Preliminar.

Art. 2º. Para fins dessa resolução, define-se:

I – Despacho de Iniciativa: é o ato administrativo emitido pela Diretoria que determina a abertura do processo de AIR, no qual identifica o órgão técnico responsável pelo processo de AIR e pela elaboração da Análise Preliminar;

II – Análise Preliminar: é a primeira análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, conforme modelo no Anexo I desta Resolução;

III – Análise Intermediária: é uma ferramenta baseada na metodologia multicritério desenvolvida pela ANS fundamentada nos princípios da eficiência, da efetividade, da equidade, da transparência e da razoabilidade, conforme modelo no Anexo II desta Resolução;

IV – Estudos de Impacto: estudos que permitem a explicitação dos problemas regulatórios, das opções disponíveis para suas soluções e das consequências das decisões regulatórias;

V – Nota Técnica: expressa análise de caráter técnico sobre matéria em apreciação pela ANS com a finalidade de subsidiar decisão;

VI – Exposição de Motivos: é o expediente encaminhado à DICOL para propor alguma medida regulatória ou submeter à sua apreciação projeto de ato normativo;

VII – Medida regulatória: é toda forma de intervenção da ANS sobre o setor, entes regulados ou os beneficiários de planos privados de assistência à saúde, tais como a edição de ato normativo ou criação de novos produtos e serviços que ao afetar potencial ou efetivamente a conduta dos agentes ou a estrutura do mercado, visem melhorar o desempenho setorial;

VIII – Grupos afetados: partes que podem ser impactadas pelos efeitos de determinada medida regulatória;

IX – Consultas prévias: consultas realizadas aos grupos de interesse para a coleta e informações nas fases iniciais da elaboração de qualquer medida regulatória, destinada ao público interno ou externo, de forma ampla ou dirigida, na modalidade presencial ou remota;

X – Consulta interna: consulta destinada aos servidores lotados na ANS, realizada de forma remota, com conteúdo estruturado, normalmente com minuta de normativo; e

XI – Monitoramento das medidas regulatórias: processo de acompanhamento das metas e indicadores estabelecidos para a mensuração da efetividade da medida regulatória.

Art. 3º. O processo de AIR pode ter três níveis, que podem ser combinados no mesmo processo administrativo:

I – Nível 1: é destinado, essencialmente, à reflexão e análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, bem como visa coletar e disponibilizar informações iniciais para subsidiar o processo de tomada de decisão e se consubstancia na Análise Preliminar;

II – Nível 2: envolve uma triagem dos impactos potenciais que a medida regulatória pode ter a partir de um instrumento composto de critérios previamente estabelecidos, baseado em diversas metodologias de análise, tendo como referência, preferencialmente a Análise Intermediária; e

III – Nível 3: deve ser realizada para propostas de maior impacto potencial e consiste em um estudo com maior grau de complexidade, preferencialmente com métodos quantitativos, sobre a matéria objeto da medida regulatória podendo envolver a colaboração de especialistas que possuam notório conhecimento e

instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.

CAPÍTULO II DA ELABORAÇÃO REGULATÓRIA

Seção I Da Elaboração da Análise Preliminar – Nível I

Art. 4º. O processo de AIR será proposto e instaurado pela Diretoria responsável quando esta constatar a necessidade de uma medida regulatória por parte da ANS, por meio do acompanhamento ou monitoramento regular do segmento de saúde suplementar ou por denúncias, consultas e requisições formuladas pelo Poder Judiciário, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, órgãos da Advocacia Geral da União, Procuradorias Gerais Estaduais e Municipais, Polícia Federal, Polícias Civis Estaduais, dentre outros órgãos ou entes externos.

§ 1º O processo de AIR será instaurado com o Despacho de Iniciativa, que conterá a conveniência e oportunidade de abertura do processo de AIR e identifica o órgão técnico responsável pela elaboração da Análise Preliminar.

§ 2º A fim de serem avaliados os custos deverá ser dada ciência à Diretoria de Gestão – DIGES, para análise da lista de impacto operacional, conforme Anexo III.

Art. 5º. Cumpridos os requisitos do art. 5º, serão encaminhados os autos à Diretoria responsável, que fará a análise formal e técnica e poderá:

I – encaminhar o processos de AIR para apreciação e aprovação da Diretoria Colegiada;

II – determinar ao órgão técnico que aprofunde os estudos técnicos;

III – determinar ao órgão técnico que refaça a Análise Preliminar, no caso dos requisitos mínimos não terem sido preenchidos de forma adequada e suficiente; ou

IV - determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR.

Art. 6º. Recebido processos de AIR pela Diretoria Colegiada – DICOL poderá:

I – determinar o prosseguimento do processo de AIR (nível II ou III);

II – apresentar contribuições por escrito no prazo de 30 (trinta) dias;

III – determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR;
ou

IV – nos casos de urgência, determinar a forma de consulta a ser aplicada ao processo de AIR.

Art. 7º. No caso da DICOL optar pelo prosseguimento do processo de AIR, será composto grupo de trabalho, a ser divulgado internamente, cujo objetivo será a elaboração de proposta de medida regulatória com os eventuais contornos que venham a ser fixados pela DICOL e prazo de duração determinado.

Art. 8º. A Secretaria-Geral – SEGER auxiliará no processo de elaboração e monitoramento da medida regulatória, observando:

I – qualidade e completude dos procedimentos; e

II – apoio técnico à realização da análise intermediária.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral definirá, em conjunto com o responsável pela medida regulatória e o Grupo Executivo de Boas Práticas Regulatórias, o cronograma de acompanhamento da execução dos estudos de Impacto

Seção II

Dos Estudos dos Impactos – Nível II e III

Art. 9º . Na fase de instrução do processo de AIR, o grupo de trabalho poderá:

I – promover discussão interna com órgãos técnicos que participam do processo de AIR;

II - juntar documentos e pareceres;

III – realizar consultas dirigidas;

IV – realizar consultas prévias;

V – solicitar informações, inclusive, mas não limitado, aos grupos afetados;

VI – promover reuniões com os grupos afetados;

VII – convidar outros órgãos para qualificar dados e informações; e

VIII - elaborar estudos e, se necessário, propor a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.

§ 1º. Nos casos em que seja criada alguma penalidade administrativa deverá ser ouvida previamente a Diretoria de Fiscalização – DIFIS.

§ 2º. Deverá ser dada ciência à Central de Relacionamento e aos Núcleos, devendo ser disponibilizado a estes, previamente à divulgação externa da medida impactante, resumo da medida e FAQ

Art. 10. A Nota Técnica deverá conter os elementos constantes da Análise Preliminar acrescidos de, no mínimo:

I – cenários contendo as opções indicadas na Análise Preliminar, aquelas que, eventualmente, foram indicadas pela DICOL, bem como aquelas desenvolvidas pelo grupo de trabalho, e em todos os casos devem ser considerados os grupos afetados;

II – a comparação entre as alternativas formuladas ressaltando, particularmente, os métodos e técnicas utilizados;

III – conclusão explicitando qual a opção mais adequada para resolver o problema e identificação de soluções alternativas;

IV – a forma de implementação da medida regulatória e como monitorar os seus resultados, quando couber;

V – a conformidade com os padrões e recomendações de associações ou órgãos técnicos nacionais e internacionais de regulação, supervisão, contabilidade e atuária, de políticas públicas, dentre outros, quando couber; e

VI – a consolidação dos resultados dos processos de consulta prévia.

Art. 11. O processo de AIR será encaminhado à DICOL quando esta decidirá acerca da ação recomendada na Nota Técnica, validando-a ou optando por solução alternativa.

§ 1º. Avaliado o processo de AIR, com a exposição de motivos e demais encaminhamentos, a DICOL poderá, ainda, determinar:

I – a forma de participação social, que poderá ser:

- a) consultas prévias;
- b) consulta interna;
- c) câmara técnica;
- d) consulta pública; ou
- e) audiência pública.

II – no caso de optar pela publicação de ato normativo, a remessa do processo para elaboração de manifestação formal e jurídica;

III – a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento ou de instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada;

IV – o arquivamento do processo de AIR.

§ 2º No caso de não ser realizada nenhum tipo de consulta, deve constar justificativa.

Seção III Da Urgência

Art. 12. As medidas regulatórias que forem classificadas como urgentes deverão explicitar:

- I – qual a razão de ser indispensável a vigência imediata;
- II – se não foi prevista a causa ou o agravamento do problema; e
- III – se houve um desenvolvimento extraordinário de situação já prevista.

Parágrafo único. Os processos de AIR classificados como urgentes deverão conter, no mínimo, a Análise Preliminar e uma forma de participação social prevista na seção IV desta Resolução.

Seção IV Participação Social

Art. 13. A participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de medida regulatória e tomada de decisão da ANS mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas será disciplinada pela RN nº 242, de 2010, tendo por referência a Política de Governança Digital.

Subseção I

Das Consultas Internas

Art. 14. A consulta interna será formalizada e divulgada na rede local de computadores – *Intrans*.

§ 1º A publicação de que trata o *caput* deverá conter:

I – o período de recebimento de sugestões e contribuições;

II – a forma do encaminhamento das sugestões e contribuições; e

III – a indicação do *link* na *Intrans* onde se encontra a minuta objeto da consulta pública e os demais documentos importantes para a sua apreciação.

§ 2º O período de consulta interna terá início no dia seguinte à publicação de que trata o *caput* e terá duração de, no mínimo, de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período a critério da DICOL.

Art. 15. Durante a consulta interna, ficarão disponíveis na *Intrans*:

I – a nota técnica de AIR;

II – a exposição de motivos da medida regulatória que se pretende editar;

III – a proposta estruturada da medida regulatória; e

IV – o formulário de sugestões e contribuições.

Art. 16. A participação dos servidores lotados na ANS nas consultas internas far-se-á, obrigatoriamente, por meio eletrônico mediante o preenchimento do formulário de sugestões e contribuições.

Art. 17. Concluído o prazo para o encaminhamento das sugestões e contribuições, a área técnica responsável pela condução do processo de AIR deverá divulgar na *Intranet*, no prazo de 60 (sessenta) dias, um Relatório da Consulta Interna - RCI, que deverá conter, no mínimo:

I – o número de sugestões e contribuições recebidas no total;

II – dados estatísticos sobre as sugestões e contribuições;

III – a consolidação das principais sugestões e contribuições;

IV – a manifestação motivada sobre o acatamento ou a rejeição das principais sugestões e contribuições; e

V – a identificação das sugestões e contribuições incorporadas à proposta da medida regulatória.

CAPÍTULO III

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA REGULATÓRIA

Art. 18. Findo o processo de elaboração da medida regulatória, caberá ao órgão técnico o monitoramento das metas e indicadores, conforme inciso IV do art. 10 e a elaboração de Relatório de Monitoramento.

Parágrafo único. Caso a responsabilidade pela elaboração da medida regulatória tenha sido compartilhada por mais de uma diretoria, caberá à Diretoria

Colegiada indicar quais os órgãos técnicos serão responsáveis pelo monitoramento e avaliação.

Art. 19. Os responsáveis pelo monitoramento e avaliação deverão encaminhar os Relatórios de Monitoramento e os de Avaliação à DICOL para apreciação.

Parágrafo único – no caso dos regimes de urgência ou de ser implementada uma medida regulatória apenas com a Análise Preliminar o monitoramento deverá ser realizado, tendo por referência a magnitude do problema, suas causas e consequências.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. O Manual de Boas Práticas Regulatórias deve permanecer disponível no Portal da Agência para consulta.

§ 1º O Manual de que trata este artigo deve ser amplamente divulgado aos órgãos técnicos, inclusive por meio de capacitações teórico-práticas;

§ 2º O Manual deve conter modelos de documentos a serem adotados pelas órgãos técnicos responsáveis.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação oficial.

Art. 22. Ao entrar em vigor esta Resolução Administrativa, suas disposições se aplicam desde logo aos processos normativos em andamento.

Art. 23. Os incisos I e IV do art. 4º, da Resolução Administrativa – RA nº 49, de 13 de abril de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O processo administrativo normativo deverá ser instruído, obrigatoriamente, com:

I – a Análise Preliminar, quando couber na forma da Resolução Administrativa nº ____, de ____ de _____ de 2016;

.....
.....

IV – o Despacho de Iniciativa, quando couber na forma da Resolução Administrativa nº ____, de ____ de _____ de 2016;

Art. 24. O art. 4º, da RA nº 49, de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação

V – o Despacho de encaminhamento dos autos para a Procuradoria Federal junto à ANS - PROGE, que deverá conter, além dos documentos listados nos incisos I, II e III:

Art. 25. Revogam-se os artigos 5º e 6º e o Anexo da RA nº 49, de 2012

**JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
DIRETOR-PRESIDENTE**

ANEXO I – ANÁLISE PRELIMINAR DE IMPACTO REGULATÓRIO

Este formulário deverá ser preenchido para discussão inicial da proposta, com base nos problemas.

ANÁLISE PRELIMINAR	
Tema:	
Diretoria:	Gerência:
Equipe técnica responsável:	
Síntese do problema ou da situação que reclama providências	
Quais grupos são potencialmente afetados pelo problema?	
Descreva quais são os objetivos a serem alcançados	
Explique quais são as opções existentes para resolver o problema? Há outro projeto sobre a matéria? <i>Recomenda-se responder às perguntas adicionais e, caso positivo, proceder à análise intermediária*</i>	
Identificação preliminar de custos. <i>Recomenda-se responder às perguntas do checklist de impactos operacionais*</i>	
Fundamentos legais	
Definição dos mecanismos de consulta	
Razões que justificam a urgência. <i>A ser preenchido somente se o ato proposto for medida que deva tramitar em regime de urgência</i> <ul style="list-style-type: none">• <i>por que é indispensável a vigência imediata;</i>• <i>se se trata de problema cuja causa ou agravamento não tenham sido previstos;</i>• <i>se se trata de desenvolvimento extraordinário de situação já prevista.</i>	

Observação: A falta ou insuficiência das informações prestadas poderá acarretar a devolução do processo para que se complete o exame ou se reformule a proposta.

ANEXO II – ANÁLISE INTERMEDIÁRIA

Este formulário deverá ser preenchido para comparação das alternativas regulatórias formuladas na análise preliminar. Sugere-se a pontuação de 10 para as respostas classificadas como de alto impacto; de 50 para as respostas classificadas como de médio impacto e de 90, para aquelas classificadas como de baixo impacto.

CRITÉRIOS PARA ANÁLISE INTERMEDIÁRIA	Alt1	Alt2	Alt3
1. CRITÉRIOS APONTADOS NO VALOR EFICIÊNCIA			
1.1 A sustentabilidade econômica das OPS pode ser afetada com a medida? ex: impactos em garantias financeiras, solvência (riscos operacionais), impactos tributários e fiscais?			
ALTO IMPACTO: A operadora corre maior probabilidade de se situar nas faixas de alto risco do monitoramento econômico-financeiro (porte e principais indicadores: liquidez corrente; índice combinado; margem de lucro líquido e endividamento de curto prazo).			
MÉDIO IMPACTO: Há impacto financeiro significativo, fazendo com que a operadora tenha de se reorganizar para cumprir o regulamento.			
BAIXO IMPACTO: Nenhum impacto ou impacto pouco significativo nesse quesito			
1.2 São identificados impactos que afetariam a precificação ? Que tipo de produtos seriam impactados ex: individuais/coletivos, diferentes faixas de preço?			
ALTO: Aumento da despesa assistencial (decorrente de ampliação de rede/cobertura ou decorrente do cumprimento das exigências regulatórias) impactando os preços.			
MÉDIO: Aumento das despesas, mas com alguma compensação, de forma que a precificação não seja alterada (incentivos às ações de promoção e prevenção).			
BAIXO: Readequação do pacto inter geracional ou qualquer outra medida que possa reduzir os preços para a maior parcela dos beneficiários de um determinado plano, ou não são identificados aspectos que afetariam a precificação.			
1.3 São identificados aspectos que impactariam a seleção adversa das OPS?			
ALTO: Necessidade de adequação atuarial que reduza os preços para segmentos da população que tendem a gerar maiores custos para as operadoras de planos de saúde (idosos, mulheres em idade fértil, indivíduos com doenças crônicas)			
MÉDIO: Definição de preço mínimo/adequação atuarial e elevação do ponto de corte para o pool de risco ou qualquer medida que diminua a liberdade de precificação das operadoras			
BAIXO: Definição de preço mínimo/adequação atuarial ou presença de qualquer medida que permita às operadoras melhor discriminar risco em relação à situação atual (ex: ampliação da faixa de precificação, de acordo com o risco) ou não são identificados aspectos que impactem a seleção adversa.			

1.4 A medida proposta afeta de forma isonômica os diferentes arranjos de OPS ex: modalidade, verticalização, porte, regionalização?
ALTO: Medida beneficia indiretamente alguma modalidade, ou alguma modalidade ou porte pode ser favorecida quanto à facilidade de implementação.
MÉDIO: Imposição de alguma regra ou estímulo direcionado a determinado arranjo (ex: regras obrigatórias para quem possui rede própria)
BAIXO: A medida trata as operadoras de forma específica/diferenciada, de acordo com sua modalidade ou porte.
1.5 A medida proposta pode afetar a demanda por planos no setor?
ALTO: A medida pode levar a situações de aumento ou redução da demanda
MÉDIO: A proposta não afetará a demanda
BAIXO: A proposta pressupõe um novo equilíbrio, alterando a demanda, com contrapartida de oferta.
1.6 Os prestadores de serviços de saúde podem ser afetados: positivamente/negativamente?
ALTO: Aumento dos custos para os prestadores sem nenhuma contrapartida (ex: regulação direta e restritora ,redução de demanda; critérios de remuneração diferenciada).
MÉDIO: Aumento dos custos para os prestadores com alguma contrapartida (ex: regulação direta e restritora ,redução de demanda; critérios de remuneração diferenciada - (pressupõe melhoria da qualidade) ou sem efeitos
BAIXO: Efeitos indiretos ou efeitos positivos
1.7 O modelo de negócio pode ser afetado pela medida?
ALTO: Programas de Qualidade/medidas administrativas que impliquem reorganização das operadoras (ou de parte considerável delas) para atender as exigências do regulamento
MÉDIO: Presença de quaisquer medidas que possam tornar necessário que algumas operadoras reorganizem seu negócio (ex: pool de risco/medidas de alteração nas variáveis de monitoramento de risco econômico-financeiro)
BAIXO: Presença de qualquer outra medida que incentive uma determinada organização administrativa ou modelo de negócio sem obrigar sua adoção (ex: medida que incentive o investimento em rede)ou não afeta.
1.8 Existe potencial para modificar os aspectos concorrenciais?
ALTO: Diminuição da concorrência. Aumento de exigências assistenciais e econômico-financeiras
MÉDIO: Não altera a concorrência (ex: monitoramento dos mercados relevantes)
BAIXO: Aumento da concorrência (ex: pode reduzir barreiras à entrada)

2. CRITÉRIOS APONTADOS NO VALOR EFETIVIDADE

2.1 A medida proposta prevê algum tipo de aferição da sua efetividade:

ALTO: Não há medida ou referência para a proposta**BAIXO: Há um indicador e/ou meta para a proposta**

2.2 A medida proposta pode gerar impactos na qualidade de vida dos beneficiários:

Impacto na percepção do Estado Geral de Saúde;

Impacto no diagnóstico e tratamento;

Impacto na identificação e manejo da capacidade funcional/Impacto na percepção de segurança na atenção à saúde;

Impacto nos aspectos sociais, emocionais e de saúde mental;

Impacto na satisfação com os serviços de saúde (Qualificação/Acreditação),

Mudanças no perfil de morbi-mortalidade

Impacto direto na qualidade da assistência prestada (QUALISS/desempenho prestadores/remuneração com base em parâmetros de qualidade)

Impacto na melhoria das práticas de gestão das operadoras (governança corporativa; gestão de riscos)ou impacto na diluição de risco das operadoras (alinhamento de critérios assistências e econômico-financeiros)

Impacto na relação com beneficiários (transparência/atendimento)

Impactos na gestão assistencial/ linhas de cuidado

Impacto na redução de consultas/exames/internações

total

ALTO: Nenhum dos elementos está presente**MÉDIO: Presença de um a dois elementos****BAIXO: Presença de três ou mais elementos ou mudanças no perfil de morbi-mortalidade (longo prazo)**

2.3 É possível realizar o acompanhamento de informações que apontem os resultados da implementação da proposta?

ALTO: Não há previsão**BAIXO: Há previsão de divulgação e periodicidade na proposta**

3. CRITÉRIOS APONTADOS NO VALOR EQUIDADE

3.1 A medida proposta pode impactar o acesso dos beneficiários de planos de saúde aos serviços de atenção à saúde?

ALTO: Limita ou restringe o acesso

MÉDIO: Restringe o acesso, mas de forma positiva, tornando-o organizado (ex: acesso organizado ao PROMO-PREV)

BAIXO: Garante ou amplia o acesso/não impacta

3.2 A medida proposta pode impactar a qualidade dos serviços de atenção à saúde prestados aos beneficiários em curto prazo?

ALTO: Pode comprometer a qualidade (segurança do paciente, acessibilidade, conforto)

MÉDIO: Não altera os aspectos da qualidade

BAIXO: Pode melhorar a qualidade dos serviços prestados

3.3 A medida proposta pode gerar, por parte da operadora, a adoção de mecanismos de regulação?

ALTO: Estimula a adoção de meios ou recursos técnicos, administrativos ou financeiros para o gerenciamento da prestação de serviços, limitando o acesso.

MÉDIO: Pode estimular a adoção, mas sem limitar o acesso.

BAIXO: Não estimula a adoção

3.4 A medida proposta pode induzir à alteração da relação Operadoras/Prestadores?

ALTO: Pode deteriorar o relacionamento (afetar a resolutividade dos conflitos ou interferir na transparência da relação)

MÉDIO: Não afeta/interfere na relação entre as partes citadas

BAIXO: Pode melhorar o relacionamento, melhorar a transparência.

3.5 A medida proposta pode induzir à alteração da relação Operadoras/Beneficiários?

ALTO: Pode deteriorar o relacionamento (afetar a resolutividade dos conflitos ou interferir na transparência da relação)

MÉDIO: Não afeta/interfere na relação entre as partes citadas

BAIXO: Pode melhorar o relacionamento, melhorar a confiança

3.6 A medida proposta pode induzir à alteração da relação Prestadores/Beneficiários?

ALTO: Pode deteriorar o relacionamento (afetar a resolutividade dos conflitos ou interferir na transparência da relação)

MÉDIO: Não afeta/interfere na relação entre as partes citadas

BAIXO: Pode melhorar o relacionamento, melhorar a confiança.

	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
4. CRITÉRIOS APONTADOS NO VALOR TRANSPARÊNCIA			
4.1 A participação social está garantida na elaboração da proposta regulatória?			
ALTO: Somente no final do processo e de forma restrita (por uso de aplicativos, com possibilidade de contribuição limitada – apenas em itens previamente definidos).			
MÉDIO: De forma pontual/dirigida			
BAIXO: Durante todo o processo e com formas inovadoras de participação (customização das formas, de acordo com os públicos: grupos temáticos, comitês, câmaras técnicas)			
4.2 A medida proposta está escrita de maneira clara para o público alvo?			
ALTO: Existência de termos técnico-específicos sem definições/glossário e de forma não organizada e não clara de apresentação			
MÉDIO: Quando apenas um dos quesitos estiver presente (termos incompreensíveis ou forma não organizada de apresentação)			
BAIXO: Ausência de termos técnicos ou existência de termos técnicos com suas definições/glossário e de forma clara e organizada de apresentação			
4.3 Os prazos estão descritos de maneira explícita?			
ALTO: Não			
MÉDIO: Somente o prazo da vigência está descrito			
BAIXO: Sim (vigência, no caso de normativos; prazos das etapas dos processos envolvidos, preferencialmente em INs; prazos para acompanhamento da implementação; prazo para revisão da norma/proposta; pactuação dos prazos)			
4.4 A medida proposta contribui para a melhoria da qualidade da informação prestada à ANS?			
ALTO: Não, pode piorar a qualidade da informação prestada à ANS – pode dificultar o envio das informações, tendo reflexos em sua qualidade (maior número de campos a serem preenchidos/regularidade ou forma de envio)			
MÉDIO: Não há nenhuma relação com informações prestadas à ANS – não interfere no envio de informações à ANS			
BAIXO: Sim, promove o aprimoramento dos dados enviados ou facilita as análises por parte da ANS.			
4.5 A medida proposta contribui para a diminuição da assimetria de informação no setor?			
ALTO: Não, não acrescenta informações necessárias /relevantes/importantes para o setor, ou não esclarece /facilita/melhora a compreensão do setor.			
MÉDIO: As informações veiculadas são relevantes, mas estão dispersas ou não estão organizadas de forma clara.			

BAIXO: Sim, acrescenta informações necessárias/relevantes/importantes ou sim, esclarece/facilita/melhora a compreensão do setor
4.6 A medida proposta contribui para a melhoria da tempestividade e qualidade da informação prestada aos beneficiários?
ALTO: Pode piorar a qualidade da informação prestada aos beneficiários – a informação é tardia e não agrega valor ao beneficiário (empoderamento/escolhas/utilidade)
MÉDIO: Não há nenhuma relação com informações prestadas aos beneficiários – apenas um dos quesitos é satisfeito (tempestividade ou utilidade)
BAIXO: Sim, promove a melhoria da qualidade da informação prestada aos beneficiários – a informação é tempestiva e agrega valor ao beneficiário.
4.7 A medida está conforme as demais regulamentações anteriormente produzidas?
ALTO: Pode estar contrária a alguma Lei ou Normativo (Ex: Código de Defesa do Consumidor, Estatuto do Idoso, Leis 9656 e 9961)
MÉDIO: Não é claramente contrária às Leis, mas pode dar margem a interpretações dúbias
BAIXO: Não contraria nenhuma Lei ou Normativo

	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
5. CRITÉRIOS APONTADOS NOS VALORES RAZOABILIDADE			
5.1 A medida proposta demanda aumento de despesas com infraestrutura – espaço físico, mobiliário, novos equipamentos, necessidade de novos investimentos por parte da ANS?			
ALTO: Projetos que causem aumento de despesas com infraestrutura e logística superando o orçamento.			
MÉDIO: Projetos que causem aumento das despesas com infraestrutura, sem comprometimento orçamentário.			
BAIXO: Projetos com baixo ou nenhum impacto direto nas despesas com infraestrutura.			
5.2 A medida proposta demanda despesas com pessoal; passagens e diárias; eventos; capacitação; nova contratação de consultoria/empresa de pesquisa ou alteração no TR relativo à contratação, especialmente da Central de Relacionamento da ANS?			
ALTO: Projetos que causem incremento de despesa, superando o orçamento no exercício.			
MÉDIO: Projetos não previstos, mas que não ultrapassam o orçamento.			
BAIXO: Projetos previstos e que estejam dentro do orçamento.			
5.3 A medida proposta demanda o desenvolvimento ou manutenção evolutiva de novos sistemas de informação?			

ALTO: Projetos que envolvam o desenvolvimento de novos sistemas e/ou adaptação de sistemas já existentes.
MÉDIO: Projetos que envolvam correções pontuais ou ajustes de sistemas internos, já desenvolvidos.
BAIXO: Projetos que não envolvam o desenvolvimento de novos sistemas.
5.4 A medida proposta demanda o desenvolvimento de um novo serviço; criação de um novo processo de trabalho/aumento no volume dos processos de trabalho, alterações nos processos de trabalho, especialmente os processos de monitoramento, intermediação e fiscalização?
ALTO: Projetos que envolvam o desenvolvimento de um novo serviço, criação de um novo processo de trabalho/aumento no volume dos processos de trabalho e/ou alterações nos processos de trabalho sem benefício identificável para a instituição ou a redução de custos com tais medidas. Projetos que envolvam aumento de custos de forma permanente também podem ser avaliados como de alto risco.
MÉDIO: Projetos que envolvam aumento de custo no curto prazo, com redução posterior no longo prazo.
BAIXO: Projetos com baixo custo e benefícios identificáveis.
5.5 A medida proposta demanda capacitação da equipe e treinamento ofertado às operadoras; estratégia de comunicação?
ALTO: Aumento significativo da demanda por capacitação ou de gastos necessários à estratégia de comunicação, ultrapassando o orçamento previsto.
MÉDIO: Aumento da demanda de capacitação e treinamento, bem como de comunicação, sem comprometimento orçamentário.
BAIXO: Custos baixos e previstos em orçamento.
5.6 A medida proposta pode influenciar os custos das medidas administrativas: suspensões, portabilidade e regimes especiais?
ALTO: A medida proposta aumenta os custos das medidas administrativas, acarretando aumento das suspensões, portabilidade e regimes especiais, ultrapassando os limites orçamentários.
MÉDIO: A proposta aumenta os custos, porém sem ultrapassar limites orçamentários.
BAIXO: A proposta não acarreta impactos indiretos aos custos de despesas administrativas.
TOTAL GERAL
MÉDIA GERAL
% DA PONTUAÇÃO MÁXIMA
ORDEM PARA SELEÇÃO GERAL DAS ALTERNATIVAS (CRESCENTE)

ANEXO III – LISTA DE IMPACTOS OPERACIONAIS

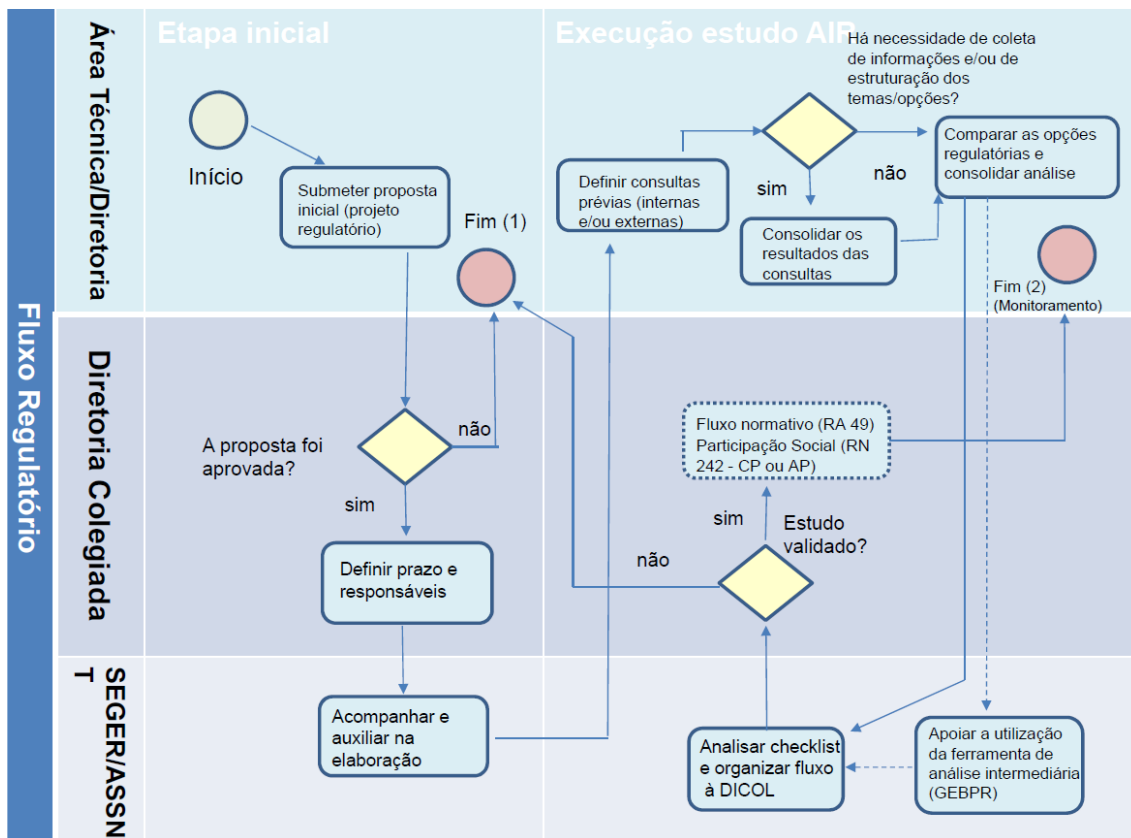
Esse formulário deverá ser preenchido, quando da análise preliminar. Assinale os itens que estão relacionados à implementação da proposta e que poderão impactar o órgão regulador.

LISTA DE IMPACTOS OPERACIONAIS	
1. Necessidade de viagens (além da cota prevista):	
Viagens internacionais	
Acréscimo importante nas viagens relativas às visitas técnicas/fiscalização	
2. Necessidades de capacitação (para incluir no PAC)	
Cursos internos	
Cursos externos	
3. Necessidades de eventos (para divulgação do novo projeto/treinamento)	
4. Necessidade de consultores para estudos	
via OPAS	
via contratos/licitação	
via convênio	
5. Necessidade de alterações contratuais:	
Mudanças na infraestrutura:	
5.1 Locação de imóveis (condomínio/IPTU)	
5.2 Serviços de Energia Elétrica	
5.3 Obras e reformas (mudança de layout e necessidade de infraestrutura para recepção de novos servidores/colaboradores)	
5.4 Serviços de manutenção	
Relacionamento e telecomunicação/correio:	
5.5 Central de Relacionamento	
5.6 Serviços de telefonia (móvel ou fixa)	
5.7 Serviços postais	
Gestão documental e cópias:	

5.8 Serviços de gerenciamento de impressão	
5.9 Reprografia	
5.10 Gerenciamento e guarda de documentos	
Pessoal:	
5.11 Apoio administrativo	
5.12 Copeiragem	
5.13 Limpeza e Conservação	
5.14 Serviços de Vigilância	
Transporte/logística:	
5.15 Serviços de locação de veículos (maior demanda de deslocamentos para fiscalização)	
5.16 Serviços de transporte de cargas	
Comunicação:	
5.17 Serviços gráficos e editoriais	
5.18 Publicidade Legal	
6. Necessidade de maior consumo de materiais de expediente	
7. Necessidade de aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e foto	
8. Necessidade de aquisição de mobiliário	
9. Assinatura de periódicos e anuidades	
10. Necessidade de novas coleções e materiais bibliográficos	
11. Tecnologia da Informação	
11.1 Aquisição de novos equipamentos (desktops e notebooks)	
11.2 Desenvolvimento de novo software ou manutenção evolutiva	
11.3 Licenças e compras de software	
11.4 Ampliação da conectividade	

OBS: Esta lista constitui ferramenta importante para a previsibilidade dos impactos internos, diretamente relacionados às atribuições da Diretoria de Gestão.

Anexo IV – Fluxograma do processo de AIR



ANEXO III

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS COM A ANÁLISE REALIZADA PELO GT

Anteriormente à publicação da consulta interna, foi realizada uma reunião da GPLAN com o GEBPR para o compartilhamento dos trabalhos e foram apresentadas sugestões que foram acatadas na minuta disponibilizada na consulta, conforme a seguir:

Art. 10.

V – a conformidade com os padrões e recomendações de associações ou órgãos técnicos nacionais e internacionais de regulação, supervisão, contabilidade e atuária, **políticas públicas**, dentre outros, quando couber (contribuição da servidora Jacqueline Alves Torres); e

Art. 13. A participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de medida regulatória e tomada de decisão da ANS mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas será disciplinada pela RN nº 242, de 2010, **tendo por referência a Política de Governança Digital** (contribuição do servidor Antonio Gomes Cordeiro).

Durante a consulta interna, também foi realizada uma reunião da GPLAN com os representantes da DIDES no GT (Milene Lima Sefair Verdussen e Leonardo Fernandes Ferreira) para esclarecimento de dúvidas e apresentação de sugestões, conforme a seguir:

Art. 1º

§ 1º. O processo de AIR **deverá ser instaurado, obrigatoriamente, com a Análise Preliminar, e** somente será obrigatório **para a edição de atos normativos** e demais medidas regulatórias, especialmente os projetos vinculados à Agenda Regulatória, que possam gerar repercussão direta no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.

§ 3º. EXCLUSÃO

Art. 2º.

V – Nota Técnica: **elaborada ao longo do processo de AIR**, expressa análise de caráter técnico sobre matéria em apreciação pela ANS com a finalidade de subsidiar decisão;

VI – Exposição de Motivos: é o expediente encaminhado à DICOL, **após a conclusão do processo de AIR**, para propor alguma medida regulatória ou submeter à sua apreciação projeto de ato normativo, **nos termos da RA 49**;

Art. 6º.

IV – nos casos de urgência, determinar a forma **de participação social** ~~consulta~~ a ser aplicada ao processo de AIR.

Art. 9º.

III – EXCLUSÃO

Art. 11.

§ 2º No caso de não ser realizada nenhuma **forma de participação social** ~~tipo de consulta~~, deve constar justificativa.

Cabe registrar também as contribuições para a estruturação e demais aspectos jurídicos da minuta, do servidor Luiz Ricardo Trindade Bacellar (DIPRO), ao longo de todo o trabalho do GT. As contribuições recebidas na ocasião do Espaço Aberto foram inseridas pelos servidores na Consulta Interna via aplicativo.

Os vídeos do IX Espaço Aberto de 2016, podem ser acessados em:

1ª parte – <http://intranet/wp-content/uploads/2016/06/EA-20160617-Maria-Inês-AIR-01-de-02.flv>

2ª parte – <http://intranet/wp-content/uploads/2016/06/EA-20160617-Maria-Inês-AIR-02-de-02.flv>

PLANILHA DAS CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA INTERNA

Data	Protocolo	Nome	Diretoria	Seção	Tipo de Comentário	Texto proposto	Justificativa	Análise SEGER/GPLAN/COBPR	Avaliação
01/07/2016 18:13:01	108721	ISABELLA BRIZZANTE ECKSTEIN DE FREITAS	DICOL	Art. 9º - § 2º	Inclusão	Incluir § 2o: Nos casos em que forem identificadas propostas de maior impacto potencial, conforme definido no artigo 3o, e em outros casos, a critério da Diretoria Colegiada, a Gerência de Comunicação Social - GCOMS deverá compor o grupo de trabalho a fim de colaborar na avaliação da linguagem utilizada e de possíveis impactos junto à imagem institucional da ANS.	A participação da Comunicação Social contribuirá para diminuir a assimetria de informação, pois permitirá a disponibilização das informações relevantes, de forma clara para que as partes interessadas tenham mais facilidade de compreensão do conteúdo. De acordo com a OCDE, o processo de AIR deve envolver o desenvolvimento, implementação e avaliação de uma estratégia de comunicação para garantir o apoio contínuo da sociedade aos objetivos da qualidade regulatória.	Será inserido no Guia de Boas Práticas, não detalharemos na norma quais áreas irão participar dos GTs, que serão facultativos.	Acatado parcialmente
01/07/2016 18:13:01	108721	ISABELLA BRIZZANTE ECKSTEIN DE FREITAS	DICOL	Art. 11º - § 2º	Inclusão	Incluir § 3o: No caso de realização de consultas públicas, internas ou externas, ou audiências públicas, deverá ser elaborado um plano de comunicação para divulgação das mesmas.	Os instrumentos de consulta popular podem se tornar ineficazes se não for promovido o engajamento do público interessado. A ação da GCOMS se dará de forma a estimular a participação no processo de elaboração das políticas regulatórias.	Ok - inserido parágrafo.	Acatado
01/07/2016 15:33:54	108720	LALUCHA PARIZEK SILVA	DIFIS	Art. 7º	Alteração	Art. 7o. No caso da DICOL optar pelo prosseguimento do processo de AIR, poderá ser composto grupo de trabalho, cujo objetivo será a elaboração de proposta de medida regulatória com os eventuais contornos que venham a ser fixados pela DICOL e prazo de duração determinado.	A criação de grupo de trabalho poderá ser determinada pela DICOL.	Os estudos de AIR nível II e III serão melhores, se houver a participação de servidores de áreas distintas e com distintos pontos de vista sobre os problemas. Concordamos, no entanto, em mantê-lo facultativo.	Acatado
01/07/2016 15:33:54	108720	LALUCHA PARIZEK SILVA	DIFIS	Art. 9º - § 1º	Alteração	Art. 9º - § 1º Nos casos em que seja criada alguma penalidade administrativa deverá ser ouvida previamente a Diretoria de Fiscalização - DIFIS.	Alterar: § 1º. Nos casos em que seja proposto o estabelecimento de sanção, deverá ser previamente ouvida a Diretoria de Fiscalização - DIFIS.	De acordo: "o estabelecimento ou alteração de"	Acatado

01/07/2016 15:33:54	108720	LALUCHA PARIZEK SILVA	DIFIS	Art. 13º	Alteração	Art. 13. A participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de medida regulatória e tomada de decisão da ANS mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas será disciplinada em normativo próprio, tendo por referência a Política de Governança Digital.	Por uma questão de perenidade da norma, quando necessário, deveria apenas fazer remissão aos normativos que já disciplinam esta matéria evitando que posteriores alterações nas respectivas normas desatualizem a norma que disciplina o AIR.	OK - alterado - O GT acredita que seja importante a remissão à RN 242, para fins de maior clareza referência, mas incluiremos o termo <i>ou suas sucedâneas</i> .	Acatado parcialmente
01/07/2016 15:33:54	108720	LALUCHA PARIZEK SILVA	DIFIS	Art. 1º - § 1º	Alteração	§ 1º. O processo de AIR será obrigatório para as medidas regulatórias, especialmente os projetos vinculados à Agenda Regulatória, que possam gerar repercussão direta no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.	O termo "somente" é desnecessário.	OK - retirado o termo "somente"	Acatado
01/07/2016 15:33:54	108720	LALUCHA PARIZEK SILVA	DIFIS	Art. 8º	Exclusão		Sugere-se que as competências da SEGER sejam incluídas no Regimento Interno.	Já estão incluídas no Regimento Interno, de forma ampla.	Acatado
01/07/2016 15:32:16	108701	CESAR BRENHA ROCHA SERRA	DIOPE	Art. 4º	Alteração	Art. 4o. O processo de AIR será proposto e instaurado pela Diretoria responsável, quando esta constatar a necessidade de uma medida regulatória por parte da ANS, por meio do acompanhamento ou monitoramento regular do segmento de saúde suplementar.	Retirar a parte de denúncias de órgãos externos. Acompanhar e monitorar o mercado já inclui avaliar demandas externas. Explicitar isso na norma tornará a ANS ainda mais exposta a pressões de órgãos externos que muitas vezes trazem demandas de apelo social, mas que colocam em risco a viabilidade do setor.	A ideia aqui não é estabelecer quem pode demandar ou não e, sim, deixar claro que mesmo as demandas externas devem se submeter à AIR, justamente para evitar os riscos citados. De toda forma, o texto será alterado de modo a permanecer mais genérico, já que não há como enumerar todas as origens possíveis.	Acatado parcialmente

01/07/2016 15:32:16	108701	CESAR BRENHA ROCHA SERRA	DIOPE	Introdução	Alteração	Na verdade trata-se de proposta de alteração de escopo da norma. A RA deveria ter foco nos requisitos desejados a um processo normativo, tais como itens a serem avaliados pelas áreas proponentes, modelos de documentos etc. A RA acaba entrando em questões de rito, o que pode acabar por engessar demais a atividade regulatória.	Não burocratizar a produção regulatória.	Trata-se de processo regulatório que pode ou não se tornar um processo normativo. Não há como regulamentar o processo de AIR sem estabelecer seu fluxo (incluindo etapas e instâncias) Sistematizar a produção regulatória não significa burocratizar - apenas estabelecer os passos mínimos comuns, para que todas as áreas possam trabalhar de forma padronizada.	Não se aplica
01/07/2016 15:32:16	108701	CESAR BRENHA ROCHA SERRA	DIOPE	Art. 2º - VII	Alteração	VII - Medida regulatória: é toda forma de intervenção da ANS sobre o setor, antes regulados ou os beneficiários de planos privados de assistência à saúde, com a edição de ato normativo que ao afetar potencial ou efetivamente a conduta dos agentes ou a estrutura do mercado, vise melhorar o desempenho setorial.	Retirada de "criação de novos produtos ou serviços". A ANS pode até regulamentar produtos e serviços, mas quem cria é o mercado. Bastaria falar de ato normativo, já abarcaria eventual regulamentação de novo produto.	No dispositivo, "novos produtos ou serviços" refere-se ao que a ANS oferece à sociedade (vide Carta de Serviços). O termo utilizado é de uso corrente no planejamento; não se refere a planos de saúde e, sim, aos serviços e produtos oferecidos pela ANS.	Não acatado
01/07/2016 15:32:16	108701	CESAR BRENHA ROCHA SERRA	DIOPE	Art. 8º	Exclusão		A elaboração e acompanhamento deve ficar com as áreas técnicas, que podem reportar à DICOL, se desejado. O nivelamento da qualidade do processo pode se dar com guias e modelos de documentos fornecidos antecipadamente às áreas.	É necessário algum tipo de acompanhamento por parte da SEGER, ainda que amostral, para além dos guias e modelos a serem fornecidos.	Não acatado
01/07/2016 15:32:16	108701	CESAR BRENHA ROCHA SERRA	DIOPE	Art. 7º	Exclusão		É improdutiva a criação de GT para todo e qualquer assunto que envolva análise de impacto regulatório. Normas de alguns temas (entre eles vários da DIOPE) são de conhecimento específico e não multi disciplinar.	Nenhum tema, por mais específico que seja, deixará de impactar outras áreas. Os estudos de AIR nível II e III serão melhores, se houver a participação de servidores de áreas distintas e com distintos pontos de vista sobre os problemas. Concordamos, no entanto, em mantê-lo facultativo.	Acatado

01/07/2016 15:19:30	108738	MICHELE FERRAZ LIMA RAMALHO	DIFIS	Art. 7º	Alteração	Acho que poderá ser composto Grupo de Trabalho.	Não entendo como essencialmente necessário a constituição de Grupo de Trabalho para todo e qualquer procedimento de AIR. na verdade o Grupo de Trabalho pode sempre ser constituído pela DICOL.	Os estudos de AIR nível II e III serão melhores, se houver a participação de servidores de áreas distintas e com distintos pontos de vista sobre os problemas. Concordamos, no entanto, em mantê-lo facultativo.	Acatado
01/07/2016 15:19:30	108738	MICHELE FERRAZ LIMA RAMALHO	DIFIS	Art. 2º - I	Alteração	Ato administrativo emitido pela Diretoria, para ato administrativo emitido pela autoridade competente.	Entendo ser mais técnico, eis que quem produz o ato é a autoridade.	OK - alterado.	Acatado
01/07/2016 15:19:30	108738	MICHELE FERRAZ LIMA RAMALHO	DIFIS	Art. 1º - § 1º	Exclusão		Entendo ser muito restritivo	Não estamos restringindo; apenas ressaltando os projetos de caráter mais estratégico - ver redação sugerida pela DIDES, que inclui a edição de atos normativos. De toda forma, estamos de acordo em retirar menção à agenda regulatória.	Acatado
01/07/2016 15:19:24	108719	ALEXANDRA CERQUEIRA CAMPOS	DIFIS	Art. 2º - I	Alteração	Alterar o termo diretoria competente para autoridade competente.	O ato administrativo deve ser praticado pela autoridade competente. A Diretoria não pratica atos administrativos.	OK - alterado.	Acatado
01/07/2016 15:19:24	108719	ALEXANDRA CERQUEIRA CAMPOS	DIFIS	Art. 7º	Alteração	No caso da DICOL optar pelo prosseguimento do processo de AIR, poderá ser composto grupo de trabalho, cujo objetivo será a elaboração de proposta de medida regulatória com os eventuais contornos que venham a ser fixados pela DICOL e prazo de duração determinado.	Deve ser facultado a colegiada e instauração ou não de grupo de trabalho, a depender da medida regulatória proposta.	Os estudos de AIR nível II e III serão melhores, se houver a participação de servidores de áreas distintas e com distintos pontos de vista sobre os problemas. Concordamos, no entanto, em mantê-lo facultativo.	Acatado

01/07/2016 15:19:24	108719	ALEXANDRA CERQUEIRA CAMPOS	DIFIS	Art. 1º - § 1º	Exclusão		A análise de impacto regulatório deve ter a sua obrigatoriedade para todas as medidas que possam causar impacto regulatório. Não há necessidade de restringir a obrigatoriedade aos projetos vinculados a Agenda Regulatória.	Não estamos restringindo; apenas ressaltando os projetos de caráter mais estratégico - ver redação sugerida pela DIDES, que inclui a edição de atos normativos. De toda forma, estamos de acordo em retirar menção à agenda regulatória.	Acatado
01/07/2016 15:19:24	108719	ALEXANDRA CERQUEIRA CAMPOS	DIFIS	Art. 4º - § 1º	Alteração	Altera: § 1º: O processo de AIR será instaurado com o Despacho de Iniciativa.	A definição de despacho de iniciativa já contem a definição do instituto, não necessitando de repetição.	OK - alterado.	Acatado
01/07/2016 12:00:32	108700	LUIZ ANTONIO NOLASCO DE FREITAS	DIFIS	Introdução	Inclusão	CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Tipo de Comentário: Inclusão (Excluir) Texto Proposto: A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional do Senado da República concluiu as análises sobre o projeto de lei do Senador Eunício de Oliveira, cujo relator, o Senador Walter Pinheiro assim escreve: Projeto de Lei número 52, de 2013. Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras... A nova redação dada ao artigo 6o, incorpora a recomendação da OCDE e do TCU no sentido	Justificativa: Optei por fazer menção ao dispositivo legal de maior alcance (Lei Geral das Agências) com o objetivo de alertar os decisores para a iminência de aprovação desta lei.	Esta referência será inserida na NT e exposição de motivos.	Acatado parcialmente
01/07/2016 11:49:31	108718	MARCELLO ISMERIO DA SILVA	DIFIS	Art. 12º - Parágrafo Único	Alteração	Sugere-se a supressão de uma forma de participação social, mantendo apenas a Análise Preliminar.	O requisito de pelo menos uma participação social inviabilizam a celeridade que um rito de urgência precisa possuir.	OK - alterado.	Acatado
01/07/2016 11:49:31	108718	MARCELLO ISMERIO DA SILVA	DIFIS	Art. 17º	Inclusão	Inclusão de um parágrafo prevendo a possibilidade de prorrogação, pela DICOL, após solicitação motivada do diretor responsável.	Inclusão devida a imprevisibilidade do volume e complexidade das contribuições apresentadas.	OK - alterado para até 90 dias.	Acatado

01/07/2016 11:49:31	108718	MARCELLO ISMERIO DA SILVA	DIFIS	Seção III - Da Urgência	Inclusão	É necessário prever as hipóteses, tentando ser o mais exaustivo possível, para evitar que muito coisa seja classificada como urgente. Sugere-se inclusão de texto explicitando os casos de medidas regulatórias urgentes e, para os casos não previstos na norma, faz-se necessária justificativa além da "Análise preliminar", com informações quantitativas, qualitativas e notas técnicas para demonstrar a urgência da medida.	É necessário prever as hipóteses, tentando ser o mais exaustivo possível, para evitar que muito coisa seja classificada como urgente.	Não há como prever todas as hipóteses no normativo. Pode ser incluída ferramenta de auxílio à classificação no Guia de Boas Práticas.	Acatado parcialmente
01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Art. 3º - I	Alteração	: é destinado, essencialmente, A reflexão e análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, bem como visa coletar e disponibilizar informações iniciais para subsidiar o processo de tomada de decisão e se consubstancia na Análise Preliminar;	Questão gramatical/ortográfica	destinado à - pede crase.	Não acatado
01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Art. 3º - III	Alteração	Nível 3: deve ser realizado para	Questão gramatical/ortográfica	OK - alterado	Acatado
01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Art. 5º	Alteração	Sugiro matizar a redação sobre "constatar a necessidade de uma medida regulatória", pois pode conflitar com o inc. III e, especialmente, o inc. IV do mesmo inciso.	Sugiro matizar a redação sobre "constatar a necessidade de uma medida regulatória", pois pode conflitar com o inc. III e, especialmente, o inc. IV do mesmo inciso.	Neste caso, a área técnica realiza a análise a ela atribuída; quando a autoridade apreciar a análise, pode sentir falta de algum quesito ou pode, em função, da mudança de cenário ou até do entendimento decorrente da análise, arquivar o processo. Deixamos claro, também, que tal necessidade advém de problemas detectados no setor.	Não acatado
01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Art. 9º - § 1º	Alteração	Nos casos em que seja prevista a aplicação de alguma penalidade administrativa deverá ser ouvida a Diretoria de Fiscalização - DIFIS.	O termo parece tecnicamente mais adequado	De acordo: "o estabelecimento ou alteração de"	Acatado

01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Art. 12º - II	Alteração	Sugiro detalhar melhor, a compreensão do comando não parece clara	Sugiro detalhar melhor, a compreensão do comando não parece clara	Ok - melhoramos a redação, no anexo I.	Acatado parcialmente
01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Art. 12º - III	Alteração	Sugiro detalhar melhor, a compreensão do comando não parece clara	Sugiro detalhar melhor, a compreensão do comando não parece clara	Ok - melhoramos a redação, no anexo I.	Acatado parcialmente
01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Introdução	Inclusão	A fim de criar incentivo para que as normativas sejam precedidas de AIR, sugiro que as RNs: (i) contenham no site da ANS informação de que foram precedidas de AIR; e (ii) sejam publicados no site da ANS a NT e os documentos de AIR (com tarjas para assuntos confidenciais, se necessário for). O objetivo é criar "selo" e assim incentivo reputacional para que Diretores recorram com rigor ao procedimento de AIR.	A fim de criar incentivo para que as normativas sejam precedidas de AIR, sugiro que as RNs: (i) contenham no site da ANS informação de que foram precedidas de AIR; e (ii) sejam publicados no site da ANS a NT e os documentos de AIR (com tarjas para assuntos confidenciais, se necessário for). O objetivo é criar "selo" e assim incentivo reputacional para que Diretores recorram com rigor ao procedimento de AIR.	Sugestão pode ser avaliada após a implementação desta regulamentação e ao longo do desenvolvimento das AIRs pelas áreas. Na revisão do Guia de Boas Práticas, essa discussão será realizada, de forma que no futuro possamos realizar consultas à sociedade com o material de AIR incluído.	Acatado parcialmente
01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Introdução	Inclusão	Sugiro que seja previsto fluxo de publicação de RN no DOU. Ao encaminhar a normativa ao DOU, o técnico responsável por sua elaboração deverá também encaminhar "kit", contendo: (i) minuta de press release (que poderá ser editado posteriormente pela comunicação, para aumentar sua clareza) e (ii) perguntas e respostas a serem publicadas no site e entregues ao Fale Conosco e aos Núcleos (o que poderá depois ser aditado, com novas dúvidas que surgirão).	Sugiro que seja previsto fluxo de publicação de RN no DOU. Ao encaminhar a normativa ao DOU, o técnico responsável por sua elaboração deverá também encaminhar "kit", contendo: (i) minuta de press release (que poderá ser editado posteriormente pela comunicação, para aumentar sua clareza) e (ii) perguntas e respostas a serem publicadas no site e entregues ao Fale Conosco e aos Núcleos (o que poderá depois ser aditado, com novas dúvidas que surgirão).	Os Núcleos, a Central de Relacionamento e a Comunicação devem ser notificados antes.... Ainda na fase dos estudos de nível II /III, conforme o artigo 9º §2º. A ideia sugerida, do kit padronizado, é interessante, mas pode ser antecipada.	Acatado parcialmente

01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Art. 10º - VI	Inclusão	a consolidação dos resultados dos processos de consulta prévia, quando houver.	Caso a consulta prévia não seja obrigatória em todos os casos.	Ok - inserido, já que a consulta prévia não é obrigatória.	Acatado
01/07/2016 11:44:54	108699	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Art. 4º - § 2º	Alteração	Em que momento do nível 1 a DIGES será dada ciência? Ainda, pondero que no nível 1 pode ser de pouca utilidade ouvir a DIGES, pois ainda se tem poucos elementos. Pode ser mais útil ouvi-la nos demais níveis.	Em que momento do nível 1 a DIGES será dada ciência? Ainda, pondero que no nível 1 pode ser de pouca utilidade ouvir a DIGES, pois ainda se tem poucos elementos. Pode ser mais útil ouvi-la nos demais níveis.	O levantamento inicial de custos nessa fase é primordial para a DIGES, ainda que seja proposta inicial. O objetivo será que ela possa acompanhar a proposta, tendo em vista o orçamento da ANS.	Não acatado
01/07/2016 11:02:47	108679	TATIANA DE CAMPOS ARANOVICH	DIOPE	Art. 1º - § 1º	Alteração	O termo "gerar repercussão direta no setor de saúde suplementar" parece um tanto vago, razão pela qual sugiro especificá-lo mais, a fim de que fiquem claras as hipóteses de obrigatoriedade do AIR, assim fortalecendo RN.	O termo "gerar repercussão direta no setor de saúde suplementar" parece um tanto vago, razão pela qual sugiro especificá-lo mais, a fim de que fiquem claras as hipóteses de obrigatoriedade do AIR, assim fortalecendo RN.	Pode ser melhor especificado no manual, com a auxílio de ferramentas, inclusive com relação à repercussão direta ou indireta. No entanto, para fins da norma, vamos especificar melhor o termo repercussão direta, delimitando as consequências diretas no setor.	Acatado
01/07/2016 10:53:55	108698	MARCELLO ISMERIO DA SILVA	DIFIS	CAPÍTULO III - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA REGULATÓRIA	Inclusão	Inclusão demais um parágrafo para a inserção de consulta aos órgãos de relacionamento da ANS com os agentes de mercado - para obtenção de informações sobre o impacto da norma nessa fase de monitoramento.	A diretoria de fiscalização através da COCEN e Núcleos e a Ouvidoria poderão colaborar na análise do problema a partir dos dados que dispõe e dos que pode produzir, e do monitoramento a partir do seu papel de acompanhamento do mercado. Atuação ex-ante e ex-post. A diretoria de fiscalização, através da COCEN e e Núcleos e a Ouvidoria tem capacidade de desenvolver predição e ofertar insumos para análises tempestivas de cenários e tendências de comportamento de mercado	Inserido no Guia de Boas Práticas.	Acatado parcialmente

01/07/2016 10:53:55	108698	MARCELLO ISMERIO DA SILVA	DIFIS	Art. 4º	Inclusão	Inclusão de mais um parágrafo para a inserção de consulta aos órgãos de relacionamento da ANS com os agentes de mercado, neste caso a COCEN e a Ouvidoria, nesta fase de análise preliminar.	A DIFIS, através da COCEN e outros setores tem capacidade de desenvolver predição e ofertar insumos para análises tempestivas de cenários e tendências de comportamento de mercado. A DIFIS, através da COCEN poderá colaborar na análise do problema a partir dos dados que dispõe e dos que pode produzir, e do monitoramento a partir do seu papel de acompanhamento do mercado. Atuação ex-ante e ex-post.	A análise preliminar é elaborada pela área responsável, que deve procurar todas as informações possíveis sobre o problema a ser tratado. A norma não pode estabelecer de que forma as áreas deverão coletar informações. isto poderia ser inserido no Manual de Boas Práticas.	Não acatado
01/07/2016 10:53:55	108698	MARCELLO ISMERIO DA SILVA	DIFIS	Art. 9º - § 1º	Alteração	Chama atenção a percepção de que a minuta em tela refere-se a DIFIS apenas neste momento da norma. A diretoria tem potencialidades a ofertar para além do aspecto sancionatório, como a atuação da Central de Relacionamento, como órgão institucional de interlocução com os três agentes do mercado, e a percepção dos impactos mais na ponta das ações regulatórias da ANS, podendo contribuir com informações sobre a forma de atuação e fiscalização de normas, mesmo que elas não contenham penalidades.	A COCEN e a DIFIS constitui-se em instrumento privilegiado de auscultação desses agentes e fonte geradora de informações tempestivas e sensíveis às tendências e comportamentos dos mesmos. Constituem-se em manancial de informações na orientação ao processo decisório tanto em nível gerencial quanto estratégico, sendo sensível instrumento de percepção de impactos decorrentes de normativos e/ou externalidades do mercado.	Será inserido no Guia de Boas Práticas.	Acatado parcialmente

01/07/2016 10:53:55	108698	MARCELLO ISMERIO DA SILVA	DIFIS	Art. 8º - Parágrafo Único	Alteração	Inclusão de mais um parágrafo para a inserção de consulta aos órgãos de relacionamento da ANS com os agentes de mercado, neste caso a COCEN e a Ouvidoria, nesta fase de análise preliminar.	A COCEN tem capacidade de desenvolver predição e ofertar insumos para análises tempestivas de cenários e tendências de comportamento de mercado. A COCEN se constitui em manancial de informações na orientação ao processo decisório tanto em nível gerencial quanto estratégico, representando ainda, sensível instrumento de percepção de impactos decorrentes de normativos e/ou externalidades do mercado, tendo registrado mais de 360.000 demandas de consumidor e mais de 13.000 de operadora e prestador.	A análise preliminar é elaborada pela área responsável, que deve procurar todas as informações possíveis sobre o problema a ser tratado. A norma não pode estabelecer de que forma as áreas deverão coletar informações. isto poderia ser inserido no Manual de Boas Práticas.	Não acatado
01/07/2016 09:26:48	108678	MARCELO ISSAO UTIME	NÚCLEOS	Art. 1º - § 2º	Inclusão	§ 2º - Por expressa decisão de algum Diretor, os processos internos que apresentem impactos operacionais poderão utilizar o processo de AIR, no que couber.	Deixar claro que todos os Diretores podem.	Incluir o termo "do diretor da área"	Acatado
01/07/2016 09:26:48	108678	MARCELO ISSAO UTIME	NÚCLEOS	Art. 4º	Inclusão	Art. 4º. O processo de AIR(...) pelo Poder Judiciário, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Órgãos da Advocacia Geral da União, Procuradorias Gerais Estaduais e Municipais, Polícia Federal, Polícias Civis Estaduais, ÓRGÃOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ASSETANS, dentre outros órgãos ou entes externos.	Órgão de defesa do sistema nacional de defesa do consumidor - Artigo 4º, inciso XXXVI, da Lei número 9961/2000. ASSETANS- importante os próprios servidores terem voz ativa.	Aqui não se trata de dizer quem pode ou não demandar e, sim, que mesmo as demandas externas e com prazos devem se submeter à AIR. De toda forma, o texto será alterado de forma a permanecer mais genérico, já que não há como enumerar todas as origens possíveis.	Não se aplica

01/07/2016 09:26:48	108678	MARCELO ISSAO UTIME	NÚCLEOS	Art. 4º - § 1º	Inclusão	§ 2o A Análise Preliminar, ao apontar os grupos afetados, deverá justificar fundamentadamente a ausência de representantes das operadoras, prestadores e consumidores, caso exclua algum desses setores do processo de AIR.	Sugiro a inclusão desse novo parágrafo, para evitar que algum grupo com relevância seja esquecido. Trata-se de um controle prévio e simples, para minimizar falhas na regulação e ouvir todos os participantes do mercado.	Inserido no item correlato do Anexo I - formulário.	Acatado parcialmente
01/07/2016 09:26:48	108678	MARCELO ISSAO UTIME	NÚCLEOS	Art. 12º - Parágrafo Único	Inclusão	Parágrafo único. Os processos de AIR classificados como urgentes deverão conter, no mínimo, a Análise Preliminar, A CONSULTA INTERNA e uma outra forma de participação social prevista na seção IV desta Resolução.	A consulta interna é simples de ser feita e os servidores devem sempre acompanhar/participar dos atos regulatórios porque são corresponsáveis.	A consulta interna não é simples de ser feita e demanda tempo (mínimo de 15 dias) para que os servidores possam se inteirar dos assuntos e contribuir.	Não acatado
27/06/2016 14:37:48	108658	LUIZ RICARDO TRINDADE BACELLAR	DIPRO	Art. 4º	Alteração	Art. 4o. O processo de AIR será instaurado pelo órgão técnico quando este constatar a necessidade de uma medida regulatória por parte da ANS, por meio do acompanhamento ou monitoramento regular do segmento de saúde suplementar ou por denúncias, consultas e requisições formuladas pelo Poder Judiciário, Ministérios Públicos, Defensorias Publicas, órgãos da Advocacia Geral da União, Procuradorias Gerais Estaduais e Municipais, Polícia Federal, Polícias Civis Estaduais, dentre outros órgãos ou entes	Para que a AIR possa funcionar adequadamente, a proposta de norma deve ser marcada por dois fatores fundamentais: institucionalização das medidas regulatórias; e tecnicidade das propostas de medidas regulatórias. Com base nesta ideia acredito que a AIR não deve ser iniciada por despacho do diretor, mas por uma proposição fundamentada da área técnica que pode ou não ser acolhida pelo Diretor e posteriormente encaminhada para a Diretoria Colegiada, como melhor explicitarei adiante.	A autoridade competente poderá atribuir ao órgão técnico. O importante é que fique claro a participação do órgão, a partir do desenvolvimento do processo de AIR, por meio da Análise Preliminar.	Acatado parcialmente
27/06/2016 14:37:48	108658	LUIZ RICARDO TRINDADE BACELLAR	DIPRO	Art. 9º	Inclusão	§ 3o. A consulta prévia ficará limitada ao que for aprovado pela Dicol quando da apreciação da Análise Preliminar.	Por ser o consumidor o lado mais fraco da relação negocial e que menos participa de forma organizada, deve sempre se ter uma especial atenção com os efeitos que	No anexo I, haverá campo para justificativa da ausência do consumidor como grupo afetado.	Não se aplica

							a medida regulatória poderá ter sobre o mesmo.		
27/06/2016 14:37:48	108658	LUIZ RICARDO TRINDADE BACELLAR	DIPRO	Art. 11º - § 1º	Inclusão	A implementação de um dos cenários contidos na nota técnica de Análise de Impacto Regulatório;	Acredito que deva ser incluído inciso prevendo a possibilidade da ser implementada uma medida regulatória, que não seja uma norma, de forma imediata. Neste caso deverá ser alterada também a redação do § 2º para contemplar a fundamentação da decisão.	Não há como implementar cenário; a DICOL poderá optar por outra alternativa e recomendar sua implementação imediata. Já previsto na IS nº 02/DICOL.	Já contemplado
27/06/2016 14:37:48	108658	LUIZ RICARDO TRINDADE BACELLAR	DIPRO	Subseção I - Das Consultas Internas	Inclusão	Art. xx. Por deliberação da DICOL, as propostas de medidas regulatórias e dos atos normativos poderão ser submetidas à consulta interna.	Entendo que é necessário definir quem será o órgão competente para autorizar a abertura de consultas internas.	Esta questão encontra-se no artigo 11.	Já contemplado
27/06/2016 14:37:48	108658	LUIZ RICARDO TRINDADE BACELLAR	DIPRO	CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	Inclusão	Art. xx. O processo de AIR obedecerá entre outros os princípios da participação social, da transparência, da eficiência, da segurança jurídica, da motivação, do interesse público e da legalidade.	Entendo que deve ser incluído, nas disposições preliminares artigo contendo os princípios orientadores da AIR de forma a evidenciar as linhas mestras da norma.	Serão incluídos na Nota Técnica.	Acatado parcialmente
27/06/2016 14:37:48	108658	LUIZ RICARDO TRINDADE BACELLAR	DIPRO	Art. 7º	Inclusão	I - a portaria de designação dos integrantes será expedida pelo Diretor-Relator se a medida regulatória estiver dentro dos limites das competências de sua diretoria; ou II - a portaria de designação dos integrantes será expedida pelo Diretor-Presidente se a medida regulatória envolver as competências de mais de uma diretoria.	Entendo que deve ser definida a forma como a portaria deve ser publicada a fim evitar controvérsias e conflitos que poderiam atrasar o início dos trabalhos.	Conforme outras contribuições, a formação de GTs será facultativa.	Não acatado

27/06/2016 14:37:48	108658	LUIZ RICARDO TRINDADE BACELLAR	DIPRO	Art. 4º - § 1º	Alteração	Análise Preliminar será o primeiro ato do processo administrativo.	Para que a AIR possa funcionar adequadamente, a proposta de norma deve ser marcada por dois fatores fundamentais: institucionalização das medidas regulatórias; e tecnicidade das propostas de medidas regulatórias. Com base nesta ideia acredito que a AIR não deve ser iniciada por despacho do diretor, mas por uma proposição fundamentada da área técnica que pode ou não ser acolhida pelo Diretor e posteriormente encaminhada para a Diretoria Colegiada, como melhor explicitarei adiante.	Os Diretores podem delegar à autoridade competente e esta, por sua vez, atribui ao órgão técnico a continuidade do processo. É importante que o Despacho de iniciativa instaure o processo, mas ele só se desenvolve com tecnicidade.	Não acatado
27/06/2016 14:37:48	108658	LUIZ RICARDO TRINDADE BACELLAR	DIPRO	Art. 7º	Inclusão	§ 1o. O relator do grupo de trabalho será o servidor lotado no órgão técnico competente que constatou a necessidade da medida regulatória na forma do art. 1o desta Resolução. § 2o. O secretário do grupo de trabalho será o servidor lotado na Assessoria Normativa da Diretoria competente que constatou a necessidade da medida regulatória na forma do art. 1o desta Resolução.	No mesmo sentido do que fora apontado anteriormente a definição do funcionamento básico dos GTs poderá facilitar o início dos trabalhos e evitar controvérsias.	Conforme outras contribuições, a formação de GTs será facultativa.	Não acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 2º - I	Alteração	É o ato administrativo emitido pela autoridade competente para tratar da matéria examinada, que determina a abertura do processo de AIR e atribui a qualquer de seus órgãos ou agentes subordinados a responsabilidade de dar andamento ao processo de AIR.	A redação original estava um tanto quanto truncada, dificultando o entendimento do leitor	OK - alterada a redação do conceito de Despacho de iniciativa.	Acatado

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 2º - VI	Alteração	É o documento que apresenta fundamentadamente as razões pelas quais se optou por propor a medida regulatória, bem como justifica a redação proposta para cada um dos elementos ou dispositivos, quando se tratar de ato normativo, indicando seu fundamento.	Define melhor o que é uma exposição de motivos e estabelece seus elementos essenciais, complementando as definições constantes da RN no 49/2012.	De acordo com a proposta, o documento que apresentaria fundamentadamente as razões pelas quais se optou por propor a medida regulatória, seria a NT, que contem a descrição pormenorizada de todas as análises realizadas. A exposição de motivos seria complementar e sintética, necessária quando a medida for a edição de ato normativo. Dessa forma, ficaria padronizado na instituição o papel da Nota Técnica e da Exposição de motivos. Ver redação sugerida pela DIDES - Exposição de Motivos: é o expediente encaminhado à DICOL, após a conclusão do processo de AIR, para propor alguma medida regulatória ou submeter à sua apreciação projeto de ato normativo, nos termos da RA 49	Não acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 2º - VII	Alteração	Todo e qualquer ato emanado pela ANS capaz de afetar potencial ou efetivamente a conduta dos agentes regulados ou a estrutura do mercado, visando promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento setorial.	Conceito mais adequado aos termos da legislação que rege o mercado de saúde suplementar.	O conceito está adequado; não necessidade de incluir a missão da ANS na redação, pois é com base nessa finalidade que se pretende melhorar o desempenho do setor.	Não acatado

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 2º - VIII	Alteração	Partes interessadas ou agentes regulados:	Grupos afetados- por partes interessadas ou agentes regulados.	Não estamos apenas considerando os agentes regulados; o termo <i>partes interessadas</i> pressupõe envolvimento de determinados segmentos, o que nem sempre ocorre. Como estamos falando em impacto, grupos afetados seriam os grupos impactados potencialmente pela medida regulatória.	Não acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 4º	Alteração	O processo de AIR será proposto e instaurado pela autoridade competente para tratar da matéria examinada, quando esta constatar a necessidade da tomada de medida regulatória.	Não é necessário mencionar no texto da norma os subsídios que ensejarão uma medida regulatória, até porque não é possível prever previamente todas as hipóteses.	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 4º - § 1º	Alteração	O processo de AIR será instaurado com o Despacho de Iniciativa.	O texto ora excluído já consta da definição de despacho de iniciativa, não necessitando ser repetido aqui.	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 4º - § 2º	Alteração	Nos casos em que o processo de AIR identificar, através da lista de impacto operacional, conforme o Anexo III desta resolução, que a medida a ser adotada implicará em custos para a ANS, deverá ser cientificada a Diretoria de Gestão.	Esta redação confere melhor compreensão das hipóteses em que a Diretoria de Gestão precisa ser cientificada.	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 5º	Alteração	Cumpridos os requisitos do art. 4o, os autos serão remetidos à autoridade que instaurou o processo de AIR, que, após a análise formal e técnica, poderá:	Melhor definição do rito a ser observado no processo de AIR.	OK - alterado, mas com inclusão de, <i>submetendo-os ao Diretor da área, que poderá:</i>	Acatado parcialmente
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 5º - I	Alteração	Submeter o processo de AIR para apreciação e/ou aprovação da Diretoria Colegiada;	Melhor definição do rito a ser observado no processo de AIR.	OK - alterado.	Acatado

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 5º - II	Alteração	Determinar que o órgão ou agente que conduziu o processo de AIR aprofunde os estudos;	Melhor definição do rito a ser observado no processo de AIR.	O aprofundamento estará contemplado no inciso III, que versa sobre a necessidade de refazer a Análise Preliminar. Não havia conotação de prosseguir para os níveis II ou III, nesse momento.	Não acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 5º - III	Alteração	Determinar ao órgão ou agente que refaça a Análise Preliminar, no caso dos requisitos mínimos não terem sido preenchidos de forma adequada e suficiente;	Melhor definição do rito a ser observado no processo de AIR.	Ok - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 6º	Alteração	Submetido o processo de AIR à Diretoria Colegiada - DICOL, esta, deliberando pela aprovação, deverá:	Melhor definição do rito a ser observado no processo de AIR.	OK - alterado - mantendo o final com o termo <i>poderá</i> .	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 6º - I	Alteração	Determinar a remessa do processo de AIR à diretoria ou ao órgão proponente, para prosseguimento (nível II ou III);	Definir que este será o rito ordinário, se a DICOL não deliberar em contrário.	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 6º - II	Alteração	Determinar ao órgão técnico que aprofunde os estudos técnicos;	Para guardar simetria com decisão que pode ser proferida monocraticamente pela autoridade competente da diretoria proponente. A disciplina sobre a apresentação de considerações e votos apartados já se encontra disposta na IS no 02/DICOL, não devendo esta norma dispor em contrário.	"Aprofundar", no artigo 5o, não tinha conotação de prosseguir nos níveis II ou III. Para oferecer maior clareza, vamos retirar este inciso, pois há duplicação do sentido, em relação ao inciso seguinte.	Não acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 6º - III	Alteração	Determinar, se for o caso, a instauração de grupo de trabalho - GT para elaboração de proposta de medida regulatória, fixando desde já as diretrizes a serem observadas e o prazo de duração.	A disciplina sobre a apresentação de considerações e votos apartados já se encontra disposta na IS n 02/DICOL, não devendo esta norma dispor em contrário. Ademais, a DICOL é órgão ficto, não personificado, de modo que quem nela se manifesta é diretor, através de voto;	OK - alterado - mas retirando o termo <i>se for o caso</i> , especificando que o GT poderá ser composto pela área responsável ou áreas afins .	Acatado parcialmente

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 6º	Inclusão	Paragrafo único. Nos casos em que for instituído grupo de trabalho - GT, este será coordenado pelo órgão ou agente indicado da Diretoria proponente e auxiliado pela Secretaria-Geral - SEGER, que observará: I - qualidade e completude dos procedimentos; e II - apoio técnico à realização da análise intermediária.	Realocação de parte do texto da proposta original para o art. 7º, adequando-o ao ora proposta para o inciso III do art. 6º	.OK -alterado	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 7º	Exclusão		Disposição excessivamente burocrática e ritualística. Portaria e grupo de trabalho nem sempre serão necessários.	Nessa última versão de minuta, não há mais menção à necessidade de portaria.	Não se aplica
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 8º	Exclusão		O instrumento que define competências é o Regimento Interno.	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 8º - I	Exclusão		O instrumento que define competências é o Regimento Interno.	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 8º - II	Exclusão		O instrumento que define competências é o Regimento Interno.	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 8º - Parágrafo Único	Exclusão		O instrumento que define competências é o Regimento Interno.	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 9º	Alteração	Na fase de instrução do processo de AIR poderá:	Adequação da redação ao ora proposto para os arts. 6º, 7º e 8º.	Ok - alterado para o grupo de trabalho ou a área responsável.	Acatado parcialmente
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 9º - § 1º	Alteração	Nos casos em que seja proposta o estabelecimento de sanção, deverá ser previamente ouvida a Diretoria de Fiscalização - DIFIS.	Melhor adequação da redação.	De acordo: "o estabelecimento ou alteração de"	Acatado

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 9º - § 2º	Alteração	Deve-se analisar o impacto que a medida acarretará nos canais de atendimento da ANS, inclusive nos Núcleos, devendo ser disponibilizado a estes, previamente à divulgação externa da medida regulatória, material informativo detalhado, preferencialmente no formato de perguntas e respostas, para providências no sentido de preparar a equipe de atendentes.	Melhor adequação da redação.	Alterado o termo "FAQ" para material informativo detalhado, preferencialmente no formato de perguntas e respostas - substituindo o termo FAQ.	Acatado parcialmente
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 10º	Alteração	Concluída a fase instrutória, será elaborada Nota Técnica contendo, além dos elementos constantes da Análise Preliminar, o seguinte:	Melhor adequação da redação.	Ok - Oferece maior clareza ao fluxo.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 10º	Inclusão	VII - sugerir a realização de uma das formas de participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de normas e tomada de decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas, indicando qual seria a mais adequada ao caso;	Para que a DICOL possa deliberar, é preciso que a nota técnica apresente os fundamentos e a sugestão.	A definição dos mecanismos de consulta já está incluída na análise preliminar (que deve estar contida na NT). Nesta fase, já se refere à RN 242 e à RA 49 - fluxo do processo normativo e formas de participação social.	Já contemplado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 10º	Inclusão	VIII - Caso a medida regulatória a ser tomada seja a edição de ato normativo, apresentar minuta de proposta de norma, juntamente com os documentos preparatórios obrigatórios.	Dispositivo que visa conferir maior celeridade ao processo, permitindo que a DICOL delibere de uma só vez sobre o processo de AIR e a edição do ato normativo.	A DICOL deve primeiro aprovar ou não a opção regulatória, para que depois se proceda à elaboração de minuta.	Não acatado

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 11º	Alteração	O processo de AIR será encaminhado à DICOL para deliberação sobre a ação recomendada na Nota Técnica.	A disciplina sobre a apresentação de considerações e votos apartados já se encontra disposta na IS nº 02/DICOL, não devendo esta norma dispor em contrário. Ademais, a DICOL é órgão ficto, não personificado, de modo que quem nela se manifesta é diretor, através de voto;	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 11º - § 1º	Alteração	Na deliberação sobre o processo de AIR, a DICOL poderá, ainda, determinar:	Melhor adequação da redação.	OK - alterado.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 11º - § 1º - I	Alteração	formas de participação - da participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de normas e tomada de decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.	Hipóteses já disciplinadas na RN 242/2012.	Consulta prévia e consulta interna não estão na RN 242. O GT acredita que os itens devem ser mantidos, por expressar maior clareza e referência.	Não acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 11º - § 1º - I	Exclusão		Excluir todas as alíneas - Hipóteses já disciplinadas na RN 242/2012.	Consulta prévia e consulta interna não estão na RN 242.	Não acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 11º - § 1º - II	Exclusão		Procedimento já disciplinado na RN n 49/2012.	Importante sua manutenção, pelo estabelecimento de ponto de contato entre o processo regulatório e o normativo.	Não acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 11º - § 2º	Exclusão		No ato de deliberação, serão apresentadas as justificativas para o arquivamento, que constarão da ata da reunião da DICOL.	Trata-se de duas questões: o processo pode não ser arquivado, mas mesmo assim, não ser realizada consulta pública. No caso do arquivamento, já excluímos o parágrafo que versava sobre a justificativa. Concordamos que o texto da ATA serve como justificativa: não precisa ser nota, exposição oral transcrita em Ata serve. Acrescentamos, então, o registro em ata.	Acatado parcialmente

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 12º - Parágrafo Único	Alteração	As medidas regulatórias tomadas em carácter de urgência conterão as etapas do processo de AIR definidas pela DICOL no momento da deliberação.	A decisão de modular as etapas do processo de AIR conforme as circunstâncias do caso concreto deve caber à DICOL, que não pode ficar totalmente vinculada ao que está disposto nesta norma.	OK - alterado.	Acatado parcialmente
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 13º	Exclusão		Não há necessidade de menção expressa a outro ato normativo, pois, caso este seja alterado, a presente norma restará desatualizada, se não for expressamente alterada também.	OK - retirada a menção ao normativo.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 14º - § 2º	Alteração	"mínimo 5 (cinco) e máximo de 15 (quinze) dias, conforme a complexidade da matéria".	Em alguns casos, o prazo de 15 dias pode se demonstrar excessivo e protelatório.	Deixar claro que são 15 dias corridos ou 10 dias úteis. Alteramos o prazo, nos caso de urgência.	Acatado parcialmente
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 17º	Alteração	Alterar: "mínimo 30 (trinta) e máximo de 90 (noventa) dias, conforme a complexidade da matéria".	Depende da complexidade da matéria.	OK - alterado para até 90 dias.	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Introdução	Exclusão		Considerando a relevância e a amplitude do tema, a exposição de motivos deveria esclarecer pormenorizadamente as razões pelas quais se optou pela redação proposta para cada um dos dispositivos da norma, indicando seu fundamento.	A exposição de motivos se configura como um resumo do que está explícito na Nota Técnica.	Já contemplado

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Introdução	Exclusão		Assim, parece-me que a minuta de norma apresentada vai além do que se propunha inicialmente, de modo que, para fins de compreensão sistemática das normas editadas pela Agência, todas as disposições estranhas ao processo de elaboração de um AIR deveriam ser retiradas da norma, a qual, quando necessário, deveria apenas fazer remissão aos normativos que já disciplinam esta matéria, como a IS n 02/DICOL, a RN n 242/2010 e a RA n 49/2012, ou, no máximo, acrescentar dispositivos nestas.	A minuta trata do fluxo, suas etapas e instâncias correlatas, bem como diretrizes e elementos mínimos a serem observados para a sua elaboração. Não há como regulamentar um processo de AIR sem que se estabeleçam seus fluxos (incluindo etapas e instâncias de análise, aprovação, bem como diretrizes e documentos mínimos necessários). Concordamos em deixar a norma mais enxuta, mas deixando claro todos os passos necessários para o entendimento do processo de AIR.	Não se aplica
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Introdução	Exclusão		Tais medidas tornariam a torna mais enxuta, de entendimento mais imediato e focada no seu objetivo principal, de disciplinar quando e como deve ser realizado AIR para a elaboração de atos de carácter decisório ou normativo na Agência.	É exatamente por este motivo que o fluxo está desenhado; para que seja padronizado e entendido, em meio aos demais processos já estruturados.	Não se aplica
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Introdução	Exclusão		Não se vislumbra razão para esta norma dispor sobre processo normativo/decisório, especialmente quando o enrijece demasiada e imotivadamente. Esta proposta de norma trata desnecessariamente aspectos operacionais do processo normativo/decisório, repete as modalidades de participação da sociedade já constante em outras normas (RN 242) e atribui à DICOL a decisão sobre o prosseguimento ou não do processo de AIR.	A AIR foi concebida tão somente como uma ferramenta para aprimorar a qualidade dos processos decisórios. Isto inclui o estudo aprofundado sobre o problema que se pretende resolver e a análise das opções existentes para tal, com ampla participação social, de forma que se ofereçam aos tomadores de decisão maiores subsídios e garantam a transparência do processo de tomada de decisão.	Não se aplica

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Introdução	Exclusão		Tais medidas afastam injustificadamente a dinâmica que uma agência reguladora precisa ter para cumprir o papel que lhe foi designado e para o qual foi criada, de atuar de maneira ágil e eficaz em determinado segmento da atividade econômica a fim de corrigir suas falhas de mercado.	O dinamismo do mercado e suas falhas não pode impedir que a agência atue de forma cautelosa e responsável, ao considerar os impactos das medidas que propõe através dos estudos de AIR. Não é possível fazer uma regulação de qualidade, sem analisar e compartilhar entre as diretorias os problemas do setor.	Não se aplica
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Introdução	Exclusão		Ademais, os documentos que visam embasar a proposta não o fazem, pois se demonstram demasiadamente insuficientes, rasos e resumidos (especialmente a exposição de motivos), sem indicar precisamente os fundamentos sobre os quais a norma se assenta, como deve ocorrer em todo e qualquer ato administrativo, especialmente os de carácter decisório e discricionário.	O embasamento da proposta pode ser observado através da descrição do contexto, na Nota Técnica (o problema, suas causas e consequências, os objetivos a serem alcançados, o próprio histórico da implantação ao longo do tempo e a análise das opções apresentadas). Ademais, a fundamentação essencial é de estarmos propondo a regulamentação de um fluxo, especificamente do processo regulatório, que é mais amplo que o normativo e apresenta pontos de contato com a RA 49 e a RN 242.	Já contemplado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 1º - § 1º	Alteração	O processo de AIR será obrigatório para as medidas regulatórias, especialmente os projetos vinculados à Agenda Regulatória, que possam gerar repercussão direta no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.	Retirar o trecho "somente será", pois qualquer medida que tenha o potencial de causar impacto regulatório deve ser analisada a partir dos critérios previstos nesta norma.	OK - retirado o termo "somente"	Acatado
24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 1º - § 2º	Alteração	Art. 1º - § 2º Por decisão do Diretor, os processos internos que apresentem impactos operacionais poderão utilizar o processo de AIR, no que couber.	Retirar o termo "expressa". Trata-se de formalismo exacerbado.	Retirado o termo "expressa"	Acatado

24/06/2016 17:05:40	108638	RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR	DIFIS	Art. 1º - § 3º	Exclusão		Alterar. Poderia ser deslocado da parte geral para a parte procedimental da norma, a fim de torná-la mais linear;	Excluir o § 3º modificando a redação do § 1º. O processo de AIR deverá ser instaurado, obrigatoriamente, com a Análise Preliminar, e será obrigatório para a edição de atos normativos e demais medidas regulatórias... (sugestão da DIDES).	Acatado
24/06/2016 11:33:23	108618	LUIZ GUSTAVO MEIRA HOMRICH	DICOL	Introdução	Alteração	Projeto de Lei do Senado no 52/2013	Considerando que o Projeto de Lei do Senado no 52/2013, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, introduz novas atribuições às Agências Reguladoras Federais, dentre as quais a mudança na tomada de decisão com fundamento na Análise de Impacto Regulatório. Sugiro que seja feita uma análise da minuta de RA com os conceitos e fluxos propostos no referido Projeto de Lei.	O PLS obriga a realização de AIR, mas não trata de fluxos. A regulamentação aqui proposta contemplaria o disposto no PLS, com algumas alterações na parte da participação social (RN 242).	Acatado parcialmente
24/06/2016 11:33:23	108618	LUIZ GUSTAVO MEIRA HOMRICH	DICOL	Art. 4º	Inclusão	Art. 4o. O processo de AIR será proposto e instaurado pela Diretoria responsável, quando esta constatar a necessidade de uma medida regulatória por parte da ANS, por meio do acompanhamento ou monitoramento regular do segmento de saúde suplementar ou por denúncias, consultas e requisições formuladas pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário, (...).	Considerando que o Poder Legislativo possui a competência legal de expedir Decreto-Legislativo sustando os efeitos de Resolução Normativa editada pela ANS, sugiro que seja incluído o referido Poder como um dos entes que podem propor a instauração do processo de AIR.	Desnecessário, a partir da aplicação de texto mais genérico.	Acatado parcialmente
24/06/2016 11:33:23	108618	LUIZ GUSTAVO MEIRA HOMRICH	DICOL	Art. 9º - § 2º	Inclusão	§ 2º. Deverá ser dada ciência à Central de Relacionamento, aos Núcleos, à GCOMS e à Ouvidoria, devendo ser disponibilizado a estes, previamente à divulgação externa da medida impactante, resumo da medida e FAQ	Considerando as competências regimentais da Ouvidoria e da GCOMS, sugiro que sejam incluídas dentre as unidades da ANS a tomarem conhecimento prévio antes da divulgação externa da medida impactante.	OK - inserido.	Acatado

22/06/2016 14:08:46	108598	TATIANA DE MACEDO NOGUEIRA LIMA	DIPRO	Art. 7º	Alteração	No caso da DICOL optar pelo prosseguimento do processo de AIR, poderá ser composto grupo de trabalho, cujo objetivo será a execução do níveis II ou III de AIR e, eventualmente, de proposta de medida regulatória com os eventuais contornos que venham a ser fixados pela DICOL e prazo de duração determinado.	A depender do problema e da medida proposta, o prosseguimento do processo de AIR poderá ser feito com eficiência e eficácia apenas pela área técnica responsável. O prosseguimento do processo de AIR se consubstancia em análises mais aprofundadas sobre as questões que os diretores entenderam ser relevantes, não com a mera elaboração de norma.	Os estudos de AIR nível II e III serão melhores, se houver a participação de servidores de áreas distintas e com distintos pontos de vista sobre os problemas. Concordamos, no entanto, em mantê-lo facultativo.	Acatado
22/06/2016 14:08:46	108598	TATIANA DE MACEDO NOGUEIRA LIMA	DIPRO	Art. 1º - § 1º	Alteração	O processo de AIR somente será obrigatório para as medidas regulatórias, especialmente os projetos vinculados à Agenda Regulatória, que possam gerar repercussão no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.	Como não está estabelecido o que é repercussão direta, abre-se espaço para decisões ad hoc e para entendimentos diversos.	Pode ser melhor especificado no manual, com o auxílio de ferramentas, inclusive com relação à repercussão direta ou indireta. No entanto, para fins da norma, vamos especificar melhor o termo repercussão direta, delimitando o efeito potencial significativo de entes externos.	Acatado
22/06/2016 14:08:46	108598	TATIANA DE MACEDO NOGUEIRA LIMA	DIPRO	Art. 9º	Alteração	Na fase de instrução do processo de AIR, o grupo de trabalho ou área responsável pela elaboração do AIR poderá:	Considerando-se a alteração proposta do art. 7º, julga-se necessário alterar também este artigo para que a área técnica, quando incumbida da elaboração de AIR, conte com os mesmos recursos do grupo técnico.	Ok - alterado - apenas efetuamos inversão da ordem - área responsável ou GT.	Acatado
22/06/2016 14:08:46	108598	TATIANA DE MACEDO NOGUEIRA LIMA	DIPRO	Art. 9º - § 2º	Alteração	Deverá ser dada ciência à Central de Relacionamento e aos Núcleos, devendo ser disponibilizado a estes, previamente à divulgação externa da medida impactante, resumo da medida.	Tirar "FAQ" da norma ou explicar o que é.	OK - alterado.	Acatado
22/06/2016 14:08:46	108598	TATIANA DE MACEDO NOGUEIRA LIMA	DIPRO	Art. 10º	Inclusão	VII - Em caso de haver somente uma alternativa proposta, avaliação dos custos e benefícios de implementação da medida.	Em alguns casos, assume-se que somente existe uma alternativa para a solução do problema. Como é sempre possível não fazer nada, é preciso avaliar se a medida proposta, ainda que seja a única alternativa, gera benefícios líquidos.	A opção "não fazer nada" sempre será comparada com a opção proposta. Alterada a redação do inciso II, demonstrando a comparação com a situação atual (status quo).	Acatado parcialmente

22/06/2016 14:08:46	108598	TATIANA DE MACEDO NOGUEIRA LIMA	DIPRO	Art. 19º	Alteração	A SEGER deverá encaminhar os Relatórios de Monitoramento e os de Avaliação o à DICOL para apreciação.	Dada a mudança proposta no art. 18, é razoável atribuir essa responsabilidade à SEGER.	Faz mais sentido que atribuições estejam no Regimento Interno. No entanto, incluímos uma possibilidade de inclusão das metas e indicadores nos Instrumentos de monitoramento, para atender à recomendação.	Acatado parcialmente
22/06/2016 14:08:46	108598	TATIANA DE MACEDO NOGUEIRA LIMA	DIPRO	Art. 18º	Alteração	Findo o processo de elaboração da medida regulatória, caberá à SEGER, auxiliada pela Gerência de Planejamento e Acompanhamento - GPLAN - e pelo órgão técnico responsável pela elaboração da medida, o monitoramento das metas e indicadores, conforme inciso IV do art. 10 e a elaboração de Relatório de Monitoramento.	A literatura de políticas públicas recomenda que o monitoramento e avaliação não sejam executados pela área responsável pela elaboração da política ou norma. Como a área técnica responsável pela elaboração da medida tende a ter maior conhecimento da matéria, pode auxiliar a SEGER no que for necessário.	Faz mais sentido que atribuições estejam no Regimento Interno. No entanto, incluímos uma possibilidade de inclusão das metas e indicadores nos Instrumentos de monitoramento, para atender à recomendação.	Acatado parcialmente
20/06/2016 16:07:52	108578	WLADMIR VENTURA DE SOUZA	DICOL	Art. 9º - § 1º	Exclusão		A justificativa para edição do normativo traz a perspectiva de fortalecimento da ANS e a consulta prévia a uma das Unidades como fase do processo, independente de qual seja, fortalece a ideia em sentido contrário. Todas as diretorias poderão acompanhar o normativo ao longo de seu desenvolvimento. Uma etapa prévia de consulta, enfraquece o debate e retira a eficiência do processo normativo. Existirão outras fases em que o questionamento a respeito da multa poderá e deverá ser discutido.	Toda consulta prévia pressupõe a necessidade de maior entendimento e mensuração dos impactos que as medidas trarão para os diretamente afetados.	Não acatado

20/06/2016 16:07:52	108578	WLADMIR VENTURA DE SOUZA	DICOL	Art. 12º - Parágrafo Único	Alteração	Parágrafo único. Os processos de AIR classificados como urgentes deverão conter, no mínimo, a Análise Preliminar com a indicação do órgão e/ou entidade prevista no artigo 4o desta norma e uma forma de participação social prevista na seção IV desta Resolução.	A definição do fluxo de elaboração regulatória, visa institucionalizar o uso da ferramenta de AIR na ANS, objetivando a busca pela eficácia da política regulatória, inserida no contexto da complexidade e magnitude do setor suplementar de saúde no Brasil. Para que a ANS deixe observar o fluxo deve garantir o mínimo de transparência dos atos.	O inciso I obriga a descrição da razão de ser indispensável sua medida imediata (inclui a origem da demanda).	Já contemplado
20/06/2016 16:07:52	108578	WLADMIR VENTURA DE SOUZA	DICOL	Art. 11º - § 1º - IV	Inclusão	Art. 11 - § 1º - IV a) Em caso de arquivamento, a fundamentação será disponibilizada na Intrans.	Os atos da administração devem ser motivados e a deliberação da DICOL deve ser divulgada para que a memória institucional seja preservada. A divulgação da fundamentação evita que, no futuro, o assunto retorne do "zero", podendo ser comparado, no tempo, a realidade/necessidade de alteração regulatória.	Concordamos com a publicidade do ato. Porém, os documentos que passam pela DICOL, cujas reuniões são transmitidas, são apensados ao SDCOL, cujo acesso é franqueado a todos da casa, não sendo necessário normatizar procedimento operacional simples.	Já contemplado
20/06/2016 16:07:52	108578	WLADMIR VENTURA DE SOUZA	DICOL	Art. 7º	Inclusão	Parágrafo único - O grupo de trabalho será composto por servidores que tenham especialização, mestrado ou doutorado nas áreas afins aos temas propostos, e ainda, por servidores com experiência no tema, devendo essa informação nortear as indicações para composição do grupo de trabalho.	Justifica-se pelos objetivos da proposta que consta na Nota Técnica que visa "Modernizar e qualificar a gestão da produção regulatória da ANS para fortalecer a legitimidade da ação de regulação do setor de Saúde Suplementar e fortalecer a integração entre as unidades organizacionais da Agência por meio da cooperação e da responsabilização nas ações e atividades inerentes ao processo de regulamentação"	Não cabe neste normativo determinar o nível de especialização dos servidores para sua participação em grupos de trabalho (assunto afeto à política de gestão de pessoas).	Não acatado

20/06/2016 16:07:52	108578	WLADMIR VENTURA DE SOUZA	DICOL	Art. 4º	Inclusão	Art. 4o - § 1º - O Despacho de iniciativa será publicado na Intrans para conhecimento dos servidores da ANS que poderão contribuir com o levantamento de informações e reflexões sobre o problema regulatório objeto da análise preliminar.	A AIR se justifica por sua previsibilidade e transparência. Além disso, a ANS tem realizado gastos com qualificação de seus servidores (especialização, mestrado, doutorado) e conta com servidores com mais de 10 anos de experiência em seus quadros. Apesar disso, os servidores deixam de contribuir na fase preliminar do processo por não estarem inseridos no processo normativo ou lotados nas diretorias proponentes, o que justifica essa abertura, ainda na fase de análise preliminar.	A fase preliminar é de competência da área responsável que por opção, poderá contar com a colaboração de servidores lotados em quaisquer outras áreas. A participação de todos os servidores é garantida em fases do processo que permitem a discussão também dos problemas. A publicização pode ser concebida. Entretanto, até por razões operacionais, torna-se difícil abrir uma fase de consulta na etapa preliminar. O agente toma ciência do que está sendo feito e fundamenta suas visões para contribuir no momento das consultas propostas.	Já contemplado
20/06/2016 16:07:52	108578	WLADMIR VENTURA DE SOUZA	DICOL	Art. 5º	Inclusão	Art. 5o - V a) Em caso de arquivamento, a fundamentação será disponibilizada na Intrans.	Os atos da administração devem ser motivados e a deliberação da DICOL deve ser divulgada para que a memória institucional seja preservada. A divulgação da fundamentação evita que, no futuro, o assunto retorne do "zero", podendo ser comparado, no tempo, a realidade/necessidade de alteração regulatória.	Concordo com a publicidade do ato. Porém, os documentos que passam pela DICOL são apensados ao SDCOL, cujo acesso é franqueado a todos da casa. Não sei até que ponto se precisa normatizar procedimento operacional simples. Ademais, o arquivamento neste artigo é prerrogativa do diretor responsável e não da DICOL, que está no artigo seguinte.	Não se aplica

20/06/2016 12:29:14	108558	SERGIO BORGES BASTOS	NÚCLEOS	ANEXO II	Inclusão	5.4 A medida proposta demanda o desenvolvimento de um novo serviço; criação de um novo processo de trabalho/aumento no volume dos processos de trabalho, alterações nos processos de trabalho, especialmente os processos de monitoramento, intermediação e fiscalização reativa e proativa?	Os processos de fiscalização diferem enormemente se for reativa, derivada da análise via NIP assistencial ou não assistencial (consumeristas) ou, proativa, através da análise fiscalizatória (antigo programa Olho Vivo). O impacto na operacionalização das RNs regulatórias no "chão da fábrica" fiscalizatória quase não é pensado, o que dificulta os meios de investigação e prova, a tipificação de condutas e fundamentação jurídica e legal para a decisão de 1a. instância.	A ferramenta de análise intermediária não será objeto de alteração neste momento. De qualquer forma, o termo "fiscalização" presente no critério 5.4, é genérico: refere-se a qualquer modalidade de fiscalização.	Não se aplica
---------------------	--------	----------------------	---------	----------	----------	--	---	--	---------------

ANEXO IV
QUADRO COMPARATIVO DA MINUTA PRÉ E PÓS CONSULTA INTERNA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 1º. A presente Resolução Administrativa dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório – AIR, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar como requisito de admissibilidade para deliberação da Diretoria Colegiada de proposta de medida regulatória.</p> <p>§ 1º. O processo de AIR somente será obrigatório para as medidas regulatórias, especialmente os projetos vinculados à Agenda Regulatória, que possam gerar repercussão direta no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.</p> <p>§ 2º. Por expressa decisão do Diretor, os processos internos que apresentem impactos operacionais poderão utilizar o processo de AIR, no que couber.</p> <p>§ 3º. Nos casos em que houver a possibilidade de edição de ato normativo, o processo deverá ser instaurado, obrigatoriamente, com a Análise Preliminar.</p>	<p>Art. 1º. A presente Resolução Administrativa dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório – AIR, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar como requisito de admissibilidade para deliberação da Diretoria Colegiada de proposta de medida regulatória.</p> <p>§ 1º. O processo de AIR deverá ser desenvolvido por meio da Análise Preliminar, e será obrigatório para a edição de atos normativos e demais medidas regulatórias, que possam gerar consequências diretas no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.</p> <p>§ 2º. Por decisão do Diretor da área, os processos internos que apresentem impactos operacionais poderão utilizar o processo de AIR, no que couber.</p>
<p>Art. 2º. Para fins dessa resolução, define-se:</p> <p>I – Despacho de Iniciativa: é o ato administrativo emitido pela Diretoria que determina a abertura do processo de AIR, no qual identifica o órgão técnico responsável pelo processo de AIR e pela elaboração da Análise Preliminar;</p> <p>II – Análise Preliminar: é a primeira análise do problema que será objeto da proposta de medida</p>	<p>Art. 2º. Para fins dessa resolução, define-se:</p> <p>I – Despacho de Iniciativa: é o ato administrativo emitido pela autoridade competente para tratar da matéria examinada, que determina a abertura do processo de AIR e atribui a qualquer de seus órgãos ou agentes subordinados a responsabilidade de dar andamento ao processo de AIR</p> <p>II – Análise Preliminar: é a primeira análise do problema que será</p>

<p>regulatória, conforme modelo no Anexo I desta Resolução;</p> <p>III – Análise Intermediária: é uma ferramenta baseada na metodologia multicritério desenvolvida pela ANS fundamentada nos princípios da eficiência, da efetividade, da equidade, da transparência e da razoabilidade, conforme modelo no Anexo II desta Resolução;</p> <p>IV – Estudos de Impacto: estudos que permitem a explicitação dos problemas regulatórios, das opções disponíveis para suas soluções e das consequências das decisões regulatórias;</p> <p>V – Nota Técnica: expressa análise de caráter técnico sobre matéria em apreciação pela ANS com a finalidade de subsidiar decisão;</p> <p>VI – Exposição de Motivos: é o expediente encaminhado à DICOL para propor alguma medida regulatória ou submeter à sua apreciação projeto de ato normativo;</p> <p>VII – Medida regulatória: é toda forma de intervenção da ANS sobre o setor, entes regulados ou os beneficiários de planos privados de assistência à saúde, tais como a edição de ato normativo ou criação de novos produtos e serviços que ao afetar potencial ou efetivamente a conduta dos agentes ou a estrutura do mercado, visem melhorar o desempenho setorial;</p> <p>VIII – Grupos afetados: partes que podem ser impactadas pelos efeitos de determinada medida regulatória;</p> <p>IX – Consultas prévias: consultas realizadas aos grupos de interesse para a coleta e informações nas fases iniciais da elaboração de qualquer medida regulatória, destinada ao público interno ou externo, de forma ampla ou dirigida, na modalidade presencial ou remota;</p>	<p>objeto da proposta de medida regulatória, conforme modelo no Anexo I desta Resolução;</p> <p>III – Análise Intermediária: é uma ferramenta baseada na metodologia multicritério desenvolvida pela ANS fundamentada nos princípios da eficiência, da efetividade, da equidade, da transparência e da razoabilidade, conforme modelo no Anexo II desta Resolução;</p> <p>IV – Estudos de Impacto: estudos que permitem a explicitação dos problemas regulatórios e a comparação das opções disponíveis para suas soluções e das consequências das decisões regulatórias;</p> <p>V – Nota Técnica: elaborada ao longo do processo de AIR, expressa análise de caráter técnico sobre matéria em apreciação pela ANS, com a finalidade de subsidiar decisão;</p> <p>VI – Exposição de Motivos: é o expediente encaminhado à Diretoria Colegiada – DICOL, após a conclusão do processo de AIR, para propor alguma medida regulatória ou submeter à sua apreciação projeto de ato normativo, nos termos da RA 49 e suas sucedâneas;</p> <p>VII – Medida regulatória: é toda forma de intervenção da ANS sobre o setor, entes regulados ou os beneficiários de planos privados de assistência à saúde, tais como a edição de ato normativo ou criação de novos produtos e serviços que, ao afetar potencial ou efetivamente a conduta dos agentes ou a estrutura do mercado, visem melhorar o desempenho setorial;</p> <p>VIII – Grupos afetados: partes que podem ser impactadas pelos efeitos de determinada medida regulatória;</p> <p>IX – Consultas prévias: consultas realizadas aos grupos de interesse para a coleta e informações nas fases iniciais da elaboração de qualquer medida regulatória, destinada ao público interno</p>
--	---

<p>X – Consulta interna: consulta destinada aos servidores lotados na ANS, realizada de forma remota, com conteúdo estruturado, normalmente com minuta de normativo; e</p> <p>XI – Monitoramento das medidas regulatórias: processo de acompanhamento das metas e indicadores estabelecidos para a mensuração da efetividade da medida regulatória.</p>	<p>ou externo, de forma ampla ou dirigida, na modalidade presencial ou remota;</p> <p>X – Consulta interna: consulta destinada aos servidores lotados na ANS, realizada de forma remota, com conteúdo estruturado, normalmente com minuta de normativo; e</p> <p>XI – Monitoramento das medidas regulatórias: processo de acompanhamento das metas e indicadores estabelecidos para a mensuração da efetividade da medida regulatória.</p>
<p>Art. 3º. O processo de AIR pode ter três níveis, que podem ser combinados no mesmo processo administrativo:</p> <p>I – Nível 1: é destinado, essencialmente, à reflexão e análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, bem como visa coletar e disponibilizar informações iniciais para subsidiar o processo de tomada de decisão e se consubstancia na Análise Preliminar;</p> <p>II – Nível 2: envolve uma triagem dos impactos potenciais que a medida regulatória pode ter a partir de um instrumento composto de critérios previamente estabelecidos, baseado em diversas metodologias de análise, tendo como referência, preferencialmente a Análise Intermediária; e</p> <p>III – Nível 3: deve ser realizada para propostas de maior impacto potencial e consiste em um estudo com maior grau de complexidade, preferencialmente com métodos quantitativos, sobre a matéria objeto da medida regulatória podendo envolver a colaboração de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.</p>	<p>Art. 3º. O processo de AIR apresenta três níveis, que podem ser combinados no mesmo processo administrativo:</p> <p>I – Nível 1: destina-se, essencialmente, à reflexão e análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, bem como visa coletar e disponibilizar informações iniciais para subsidiar o processo de tomada de decisão e se consubstancia na Análise Preliminar;</p> <p>II – Nível 2: envolve uma triagem dos impactos potenciais que a medida regulatória pode ter, a partir de um instrumento composto de critérios previamente estabelecidos, baseado em diversas metodologias de análise, tendo como referência, preferencialmente, a Análise Intermediária; e</p> <p>III – Nível 3: deve ser realizado para propostas de maior impacto potencial e consiste em um estudo com maior grau de complexidade, preferencialmente com métodos quantitativos, sobre a matéria objeto da medida regulatória podendo envolver a colaboração de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.</p>

CAPÍTULO II DA ELABORAÇÃO REGULATÓRIA

Seção I Da Elaboração da Análise Preliminar – Nível I

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 4º. O processo de AIR será proposto e instaurado pela Diretoria responsável quando esta constatar a necessidade de uma medida regulatória por parte da ANS, por meio do acompanhamento ou monitoramento regular do segmento de saúde suplementar ou por denúncias, consultas e requisições formuladas pelo Poder Judiciário, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, órgãos da Advocacia Geral da União, Procuradorias Gerais Estaduais e Municipais, Polícia Federal, Polícias Cíveis Estaduais, dentre outros órgãos ou entes externos.</p> <p>§ 1º O processo de AIR será instaurado com o Despacho de Iniciativa, que conterà a conveniência e oportunidade de abertura do processo de AIR e identifica o órgão técnico responsável pela elaboração da Análise Preliminar.</p> <p>§ 2º A fim de serem avaliados os custos deverá ser dada ciência à Diretoria de Gestão – DIGES, para análise da lista de impacto operacional, conforme Anexo III.</p>	<p>Art. 4º. O processo de AIR será proposto e instaurado pela autoridade competente, quando esta constatar a necessidade de uma medida regulatória por parte da ANS, por meio de problemas detectados durante o acompanhamento ou monitoramento regular do segmento de saúde suplementar ou por denúncias, consultas e requisições de quaisquer origens</p> <p>§ 1º O processo de AIR será instaurado com o Despacho de Iniciativa e desenvolvido por meio da Análise Preliminar;</p> <p>§ 2º Nos casos em que o processo de AIR identificar, através da lista de impacto operacional, conforme o Anexo III desta resolução, que a medida a ser adotada implicará em custos para a ANS, deverá ser cientificada a Diretoria de Gestão.</p>
<p>Art. 5º. Cumpridos os requisitos do art. 5º, serão encaminhados os autos à Diretoria responsável, que fará a análise formal e técnica e poderá:</p> <p>I – encaminhar o processos de AIR para apreciação e aprovação da Diretoria Colegiada;</p> <p>II – determinar ao órgão técnico que aprofunde os estudos técnicos;</p>	<p>Art. 5º. Cumpridos os requisitos do art. 4º, serão encaminhados os autos à autoridade que instaurou o processo de AIR, que fará a análise formal e técnica, submetendo-os ao Diretor da área, que poderá:</p> <p>I – submeter o processo de AIR para apreciação e ou aprovação da Diretoria Colegiada;</p> <p>II- determinar ao órgão técnico ou agente que refaça a Análise</p>

<p>III – determinar ao órgão técnico que refaça a Análise Preliminar, no caso dos requisitos mínimos não terem sido preenchidos de forma adequada e suficiente; ou</p> <p>IV – determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR</p>	<p>Preliminar, no caso dos requisitos mínimos não terem sido preenchidos de forma adequada e suficiente; ou</p> <p>III- determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR.</p>
<p>Art. 6º. Recebido processos de AIR pela Diretoria Colegiada – DICOL poderá:</p> <p>I – determinar o prosseguimento do processo de AIR (nível II ou III);</p> <p>II – apresentar contribuições por escrito no prazo de 30 (trinta) dias;</p> <p>III – determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR; ou</p> <p>IV – nos casos de urgência, determinar a forma de consulta a ser aplicada ao processo de AIR</p>	<p>Art. 6º. Submetido o processo de AIR à Diretoria Colegiada - DICOL, esta, deliberando pela aprovação, poderá:</p> <p>I – determinar a remessa do processo à Diretoria ou órgão proponente para o prosseguimento do processo de AIR (nível II ou III);</p> <p>II - determinar a instauração de grupo de trabalho – GT, que poderá ser composto pela área responsável ou áreas afins, para elaboração de proposta de medida regulatória, fixando as diretrizes a serem observadas e o prazo de duração.</p> <p>III – apresentar contribuições por escrito no prazo de 30 (trinta) dias;</p> <p>IV – determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR; ou</p> <p>Parágrafo único. Nos casos em que for instituído grupo de trabalho - GT, este será coordenado pelo órgão ou agente indicado da Diretoria proponente e poderá ser auxiliado pela Secretaria-Geral - SEGER, que observará: I - qualidade e completude dos procedimentos; e II - apoio técnico à realização da análise intermediária.</p>
<p>Art. 7º. No caso da DICOL optar pelo prosseguimento do processo de AIR, será composto grupo de trabalho, a ser divulgado internamente, cujo objetivo será a elaboração de proposta de medida regulatória com os eventuais contornos que venham a ser fixados</p>	

pela DICOL e prazo de duração determinado	
<p>Art. 8º. A Secretaria-Geral – SEGER auxiliará no processo de elaboração e monitoramento da medida regulatória, observando:</p> <p>I – qualidade e completude dos procedimentos; e</p> <p>II – apoio técnico à realização da análise intermediária.</p> <p>Parágrafo único. A Secretaria-Geral definirá, em conjunto com o responsável pela medida regulatória e o Grupo Executivo de Boas Práticas Regulatórias, o cronograma de acompanhamento da execução d dos estudos de Impacto</p>	

Seção II
Dos Estudos dos Impactos – Nível II e III

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 9º . Na fase de instrução do processo de AIR, o grupo de trabalho poderá:</p> <p>I – promover discussão interna com órgãos técnicos que participam do processo de AIR;</p> <p>II - juntar documentos e pareceres;</p> <p>III – realizar consultas dirigidas;</p> <p>IV – realizar consultas prévias;</p> <p>V – solicitar informações, inclusive, mas não limitado, aos grupos afetados;</p> <p>VI – promover reuniões com os grupos afetados;</p> <p>VII – convidar outros órgãos para qualificar dados e informações; e</p>	<p>Art. 7º Na fase de instrução do processo de AIR, a área responsável pela elaboração da AIR ou o grupo de trabalho poderá:</p> <p>I – promover discussão interna com órgãos técnicos que participam do processo de AIR;</p> <p>II - juntar documentos e pareceres;</p> <p>III – realizar consultas prévias;</p> <p>IV – solicitar informações, inclusive, mas não limitado, aos grupos afetados;</p> <p>V – promover reuniões com os grupos afetados;</p> <p>VI – convidar outros órgãos para qualificar dados e informações; e</p>

<p>VIII - elaborar estudos e, se necessário, propor a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.</p> <p>§ 1º. Nos casos em que seja criada alguma penalidade administrativa deverá ser ouvida previamente a Diretoria de Fiscalização – DIFIS.</p> <p>§ 2º. Deverá ser dada ciência à Central de Relacionamento e aos Núcleos, devendo ser disponibilizado a estes, previamente à divulgação externa da medida impactante, resumo da medida e FAQ</p>	<p>VII - elaborar estudos e, se necessário, propor a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada</p> <p>§ 1º. Nos casos em que seja proposto o estabelecimento ou alteração de sanção, deverá ser previamente ouvida a Diretoria de Fiscalização – DIFIS.</p> <p>§ 2º. Deverá ser dada ciência à Central de Relacionamento e aos Núcleos, à GCOMS e à Ouvidoria, devendo ser disponibilizado a estes, previamente à divulgação externa da medida impactante, resumo da medida e material informativo detalhado, preferencialmente no formato de perguntas e respostas.</p>
<p>Art. 10. A Nota Técnica deverá conter os elementos constantes da Análise Preliminar acrescidos de, no mínimo:</p> <p>I – cenários contendo as opções indicadas na Análise Preliminar, aquelas que, eventualmente, foram indicadas pela DICOL, bem como aquelas desenvolvidas pelo grupo de trabalho, e em todos os casos devem ser considerados os grupos afetados;</p> <p>II – a comparação entre as alternativas formuladas ressaltando, particularmente, os métodos e técnicas utilizados;</p> <p>III – conclusão explicitando qual a opção mais adequada para resolver o problema e identificação de soluções alternativas;</p> <p>IV – a forma de implementação da medida regulatória e como monitorar os seus resultados, quando couber;</p>	<p>Art. 8º Concluída a fase instrutória, será elaborada Nota Técnica, contendo os elementos constantes da Análise Preliminar acrescidos de, no mínimo:</p> <p>I – cenários contendo as opções indicadas na Análise Preliminar, aquelas que, eventualmente, foram indicadas pela DICOL, bem como aquelas desenvolvidas pelo grupo de trabalho, devendo em todos os casos ser considerados os grupos afetados;</p> <p>II – a comparação entre as alternativas formuladas, inclusive frente à situação atual, ressaltando, particularmente, os métodos e técnicas utilizados;</p> <p>III – conclusão explicitando qual a opção mais adequada para resolver o problema e as soluções alternativas;</p> <p>IV – a forma de implementação da medida regulatória e de</p>

<p>V – a conformidade com os padrões e recomendações de associações ou órgãos técnicos nacionais e internacionais de regulação, supervisão, contabilidade e atuária, de políticas públicas, dentre outros, quando couber; e</p> <p>VI – a consolidação dos resultados dos processos de consulta prévia</p>	<p>monitoramento dos seus resultados, quando couber;</p> <p>V – a conformidade com os padrões e recomendações de associações ou órgãos técnicos nacionais e internacionais de regulação, supervisão, contabilidade e atuária, políticas públicas, dentre outros, quando couber; e</p> <p>VI – a consolidação dos resultados dos processos de consulta prévia, quando houver.</p>
<p>Art. 11. O processo de AIR será encaminhado à DICOL quando esta decidirá acerca da ação recomendada na Nota Técnica, validando-a ou optando por solução alternativa.</p> <p>§ 1º. Avaliado o processo de AIR, com a exposição de motivos e demais encaminhamentos, a DICOL poderá, ainda, determinar:</p> <p>I – a forma de participação social, que poderá ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> f) consultas prévias; g) consulta interna; h) câmara técnica; i) consulta pública; ou j) audiência pública. <p>II – no caso de optar pela publicação de ato normativo, a remessa do processo para elaboração de manifestação formal e jurídica;</p> <p>III – a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento ou de instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada;</p> <p>IV – o arquivamento do processo de AIR.</p>	<p>Art. 9º O processo de AIR será encaminhado à DICOL para deliberação sobre a ação recomendada na Nota Técnica.</p> <p>§ 1º Na deliberação sobre o processo de AIR, a DICOL poderá determinar:</p> <p>I – a forma de participação social:</p> <ul style="list-style-type: none"> k) consultas prévias; l) consulta interna; m) câmara técnica; n) consulta pública; e o) audiência pública. <p>II – no caso de optar pela publicação de ato normativo, a remessa do processo para elaboração de manifestação formal e jurídica, nos termos da RA 49 e suas sucedâneas;</p> <p>III – a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento ou de instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada; ou</p> <p>IV – o arquivamento do processo de AIR.</p> <p>§ 2º No caso de não ser realizada nenhuma forma de participação social,</p>

§ 2º No caso de não ser realizada nenhum tipo de consulta, deve constar justificativa	deve constar justificativa, registrada em ata. § 3º: No caso de realização de consultas públicas, internas ou externas, ou audiências públicas, deverá ser elaborado um plano de comunicação para divulgação das mesmas.
---	---

Seção III Da Urgência

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 12. As medidas regulatórias que forem classificadas como urgentes deverão explicitar:</p> <p>I – qual a razão de ser indispensável a vigência imediata;</p> <p>II – se não foi prevista a causa ou o agravamento do problema; e</p> <p>III – se houve um desenvolvimento extraordinário de situação já prevista.</p> <p>Parágrafo único. Os processos de AIR classificados como urgentes deverão conter, no mínimo, a Análise Preliminar e uma forma de participação social prevista na seção IV desta Resolução</p>	<p>Art. 10 As medidas regulatórias que forem classificadas como urgentes deverão explicitar, nos termos do Decreto 4.176/2002:</p> <p>I – qual a razão de ser indispensável a vigência imediata;</p> <p>II – se não foi prevista a causa ou o agravamento do problema; e</p> <p>III – se houve um desenvolvimento extraordinário de situação já prevista.</p> <p>Parágrafo único. Os processos de AIR classificados como urgentes poderão conter, além da Análise Preliminar, as demais etapas do processo de AIR definidas pela DICOL no momento da deliberação.</p>

Seção IV Participação Social

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 13. A participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de medida regulatória e tomada de decisão da ANS mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas será disciplinada pela RN nº 242, de 2010, tendo por referência a Política de Governança Digital</p>	<p>Art. 11 A participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de medida regulatória e tomada de decisão da ANS mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas será disciplinada pela RN nº 242, de 2010 e suas sucedâneas, tendo por referência a Política de Governança Digital.</p>

Subseção I
Das Consultas Internas

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 14. A consulta interna será formalizada e divulgada na rede local de computadores – <i>Intrans</i>.</p> <p>§ 1º A publicação de que trata o <i>caput</i> deverá conter:</p> <p>I – o período de recebimento de sugestões e contribuições;</p> <p>II – a forma do encaminhamento das sugestões e contribuições; e</p> <p>III – a indicação do <i>link</i> na <i>Intrans</i> onde se encontra a minuta objeto da consulta pública e os demais documentos importantes para a sua apreciação.</p> <p>§ 2º O período de consulta interna terá início no dia seguinte à publicação de que trata o <i>caput</i> e terá duração de, no mínimo, de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período a critério da DICOL.</p>	<p>Art. 12 A consulta interna será formalizada e divulgada na rede local de computadores – <i>Intrans</i>.</p> <p>§ 1º A publicação de que trata o <i>caput</i> deverá conter:</p> <p>I – o período de recebimento de sugestões e contribuições;</p> <p>II – a forma do encaminhamento das sugestões e contribuições; e</p> <p>III – a indicação do <i>link</i> na <i>Intrans</i> onde se encontra a minuta objeto da consulta e os demais documentos importantes para a sua apreciação.</p> <p>§ 2º O período de consulta interna terá início no dia seguinte à publicação de que trata o <i>caput</i> e terá duração de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da DICOL.</p> <p>§ 3º Nos casos de urgência, a consulta poderá ter seu prazo reduzido para cinco dias úteis.</p>
<p>Art. 15. Durante a consulta interna, ficarão disponíveis na <i>Intrans</i>:</p> <p>I – a nota técnica de AIR;</p> <p>II – a exposição de motivos da medida regulatória que se pretende editar;</p> <p>III – a proposta estruturada da medida regulatória; e</p> <p>IV – o formulário de sugestões e contribuições.</p>	<p>Art. 13 Durante a consulta interna, ficarão disponíveis na <i>Intrans</i>:</p> <p>I – a nota técnica de AIR;</p> <p>II – a exposição de motivos da medida regulatória que se pretende editar;</p> <p>III – a proposta estruturada da medida regulatória; e</p> <p>IV – o formulário de sugestões e contribuições.</p>

<p>Art. 16. A participação dos servidores lotados na ANS nas consultas internas far-se-á, obrigatoriamente, por meio eletrônico mediante o preenchimento do formulário de sugestões e contribuições</p>	<p>Art. 14 A participação dos servidores lotados na ANS nas consultas internas far-se-á, obrigatoriamente, por meio eletrônico mediante o preenchimento do formulário de sugestões e contribuições.</p>
<p>Art. 17. Concluído o prazo para o encaminhamento das sugestões e contribuições, a área técnica responsável pela condução do processo de AIR deverá divulgar na <i>Intranet</i>, no prazo de 60 (sessenta) dias, um Relatório da Consulta Interna - RCI, que deverá conter, no mínimo:</p> <p>I – o número de sugestões e contribuições recebidas no total;</p> <p>II – dados estatísticos sobre as sugestões e contribuições;</p> <p>III – a consolidação das principais sugestões e contribuições;</p> <p>IV – a manifestação motivada sobre o acatamento ou a rejeição das principais sugestões e contribuições; e</p> <p>V – a identificação das sugestões e contribuições incorporadas à proposta da medida regulatória</p>	<p>Art. 15 Concluído o prazo para o encaminhamento das sugestões e contribuições, a área técnica responsável pela condução do processo de AIR deverá divulgar na <i>Intranet</i>, em até 90 (noventa) dias, um Relatório da Consulta Interna - RCI, que deverá conter, com relação às sugestões e contribuições recebidas, no mínimo:</p> <p>I – o número total;</p> <p>II – dados estatísticos;</p> <p>III – a consolidação;</p> <p>IV – a manifestação motivada sobre seu acatamento ou rejeição; e</p> <p>V – a identificação de sua incorporação à proposta da medida regulatória.</p>

CAPÍTULO III

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA REGULATÓRIA

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 18. Findo o processo de elaboração da medida regulatória, caberá ao órgão técnico o monitoramento das metas e indicadores, conforme inciso IV do art. 10 e a elaboração de Relatório de Monitoramento.</p> <p>Parágrafo único. Caso a responsabilidade pela elaboração da medida regulatória tenha sido compartilhada por mais de uma</p>	<p>Art. 16 Findo o processo de elaboração e implantação da medida regulatória, caberá ao órgão técnico o monitoramento das metas e indicadores, conforme inciso IV do art. 8º e a elaboração de Relatório de Monitoramento.</p> <p>§ 1º Caso a responsabilidade pela elaboração da medida regulatória tenha sido compartilhada por mais de uma diretoria, caberá à Diretoria</p>

<p>diretoria, caberá à Diretoria Colegiada indicar quais os órgãos técnicos serão responsáveis pelo monitoramento e avaliação.</p>	<p>Colegiada indicar quais os órgãos técnicos serão responsáveis pelo monitoramento e avaliação.</p> <p>§ 2º – No caso de o órgão técnico vincular suas metas e indicadores a um dos instrumentos de gestão estratégica, fica este eximido de apresentação do Relatório.</p>
<p>Art. 19. Os responsáveis pelo monitoramento e avaliação deverão encaminhar os Relatórios de Monitoramento e os de Avaliação à DICOL para apreciação.</p> <p>Parágrafo único – no caso dos regimes de urgência ou de ser implementada uma medida regulatória apenas com a Análise Preliminar o monitoramento deverá ser realizado, tendo por referência a magnitude do problema, suas causas e consequências.</p>	<p>Art. 17 Os responsáveis pelo monitoramento e avaliação deverão encaminhar os Relatórios de Monitoramento e os de Avaliação à DICOL para apreciação.</p> <p>Parágrafo único No caso dos regimes de urgência ou de ser implementada uma medida regulatória apenas com a Análise Preliminar, o monitoramento deverá ser realizado, tendo por referência a magnitude do problema, suas causas e consequências.</p>

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

<p>RA antes e após contribuições (não houve sugestões – mudança apenas da numeração dos artigos)</p>	
<p>Art. 18 O Manual de Boas Práticas Regulatórias deve permanecer disponível no Portal da Agência para consulta.</p> <p>§ 1º O Manual de que trata este artigo deve ser amplamente divulgado aos órgãos técnicos, inclusive por meio de capacitações teórico-práticas.</p> <p>§ 2º O Manual deve conter modelos de documentos a serem adotados pelos órgãos técnicos responsáveis.</p>	
<p>Art. 19 Esta Resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação oficial.</p>	
<p>Art. 20 Ao entrar em vigor esta Resolução Administrativa, suas disposições se aplicam desde logo aos processos normativos em andamento.</p>	

<p>Art. 21 Os incisos I e IV do art. 4º, da Resolução Administrativa – RA nº 49, de 13 de abril de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p><i>Art. 4º O processo administrativo normativo deverá ser instruído, obrigatoriamente, com:</i></p> <p><i>I – a Análise Preliminar, quando couber na forma da Resolução Administrativa nº ____, de ____ de _____ de 2016;</i></p> <p><i>.....</i></p> <p><i>.....</i></p> <p><i>IV – o Despacho de Iniciativa, quando couber na forma da Resolução Administrativa nº ____, de ____ de _____ de 2016;</i></p>
<p>Art. 22 O art. 4º, da RA nº 49, de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação</p> <p><i>V – o Despacho de encaminhamento dos autos para a Procuradoria Federal junto à ANS - PROGE, que deverá conter, além dos documentos listados nos incisos I, II e III:</i></p>
<p>Art. 23 Revogam-se os artigos 5º e 6º e o Anexo da RA nº 49, de 2012</p>

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
DIRETOR-PRESIDENTE

ANEXO V
MINUTA REVISTA APÓS A CONSULTA INTERNA

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - RA Nº _____, DE ____ DE _____ DE
2016

Dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório – AIR, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar como requisito de admissibilidade para deliberação da Diretoria Colegiada de proposta de medida regulatória e altera a Resolução Administrativa - RA nº 49, de 13 de abril de 2012.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem o inciso II do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, o Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, e a alínea “d” do inciso II do artigo 86 da Resolução Normativa – RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXXXXXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente Resolução Administrativa dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório – AIR, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar como requisito de admissibilidade para deliberação da Diretoria Colegiada de proposta de medida regulatória.

§ 1º. O processo de AIR deverá ser desenvolvido por meio da Análise Preliminar, e será obrigatório para a edição de atos normativos e demais medidas regulatórias, que possam gerar consequências diretas no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.

§ 2º. Por decisão do Diretor da área, os processos internos que apresentem impactos operacionais poderão utilizar o processo de AIR, no que couber.

Art. 2º. Para fins dessa resolução, define-se:

I – Despacho de Iniciativa: é o ato administrativo emitido pela autoridade competente para tratar da matéria examinada, que determina a abertura do processo de AIR e atribui a qualquer de seus órgãos ou agentes subordinados a responsabilidade de dar andamento ao processo de AIR

II – Análise Preliminar: é a primeira análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, conforme modelo no Anexo I desta Resolução;

III – Análise Intermediária: é uma ferramenta baseada na metodologia multicritério desenvolvida pela ANS fundamentada nos princípios da eficiência, da efetividade, da equidade, da transparência e da razoabilidade, conforme modelo no Anexo II desta Resolução;

IV – Estudos de Impacto: estudos que permitem a explicitação dos problemas regulatórios e a comparação das opções disponíveis para suas soluções e das consequências das decisões regulatórias;

V – Nota Técnica: elaborada ao longo do processo de AIR, expressa análise de caráter técnico sobre matéria em apreciação pela ANS, com a finalidade de subsidiar decisão;

VI – Exposição de Motivos: é o expediente encaminhado à Diretoria Colegiada – DICOL, após a conclusão do processo de AIR, para propor alguma medida regulatória ou submeter à sua apreciação projeto de ato normativo, nos termos da RA 49 e suas sucedâneas;

VII – Medida regulatória: é toda forma de intervenção da ANS sobre o setor, entes regulados ou os beneficiários de planos privados de assistência à saúde, tais como a edição de ato normativo ou criação de novos produtos e serviços que, ao afetar potencial ou efetivamente a conduta dos agentes ou a estrutura do mercado, visem melhorar o desempenho setorial;

VIII – Grupos afetados: partes que podem ser impactadas pelos efeitos de determinada medida regulatória;

IX – Consultas prévias: consultas realizadas aos grupos de interesse para a coleta e informações nas fases iniciais da elaboração de qualquer medida regulatória, destinada ao público interno ou externo, de forma ampla ou dirigida, na modalidade presencial ou remota;

X – Consulta interna: consulta destinada aos servidores lotados na ANS, realizada de forma remota, com conteúdo estruturado, normalmente com minuta de normativo; e

XI – Monitoramento das medidas regulatórias: processo de acompanhamento das metas e indicadores estabelecidos para a mensuração da efetividade da medida regulatória.

Art. 3º. O processo de AIR apresenta três níveis, que podem ser combinados no mesmo processo administrativo:

I – Nível 1: destina-se, essencialmente, à reflexão e análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, bem como visa coletar e disponibilizar informações iniciais para subsidiar o processo de tomada de decisão e se consubstancia na Análise Preliminar;

II – Nível 2: envolve uma triagem dos impactos potenciais que a medida regulatória pode ter, a partir de um instrumento composto de critérios previamente estabelecidos, baseado em diversas metodologias de análise, tendo como referência, preferencialmente, a Análise Intermediária; e

III – Nível 3: deve ser realizado para propostas de maior impacto potencial e consiste em um estudo com maior grau de complexidade, preferencialmente com métodos quantitativos, sobre a matéria objeto da medida regulatória podendo envolver a colaboração de especialistas que possuam notório conhecimento e

instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.

CAPÍTULO II **DA ELABORAÇÃO REGULATÓRIA**

Seção I **Da Elaboração da Análise Preliminar – Nível I**

Art. 4º. O processo de AIR será proposto e instaurado pela autoridade competente, quando esta constatar a necessidade de uma medida regulatória por parte da ANS, por meio de problemas detectados durante o acompanhamento ou monitoramento regular do segmento de saúde suplementar ou por denúncias, consultas e requisições de quaisquer origens

§ 1º O processo de AIR será instaurado com o Despacho de Iniciativa e desenvolvido por meio da Análise Preliminar;

§ 2º Nos casos em que o processo de AIR identificar, através da lista de impacto operacional, conforme o Anexo III desta resolução, que a medida a ser adotada implicará em custos para a ANS, deverá ser cientificada a Diretoria de Gestão.

Art. 5º. Cumpridos os requisitos do art. 4º, serão encaminhados os autos à autoridade que instaurou o processo de AIR, que fará a análise formal e técnica, submetendo-os ao Diretor da área, que poderá:

I – submeter o processo de AIR para apreciação e ou aprovação da Diretoria Colegiada;

II– determinar ao órgão técnico ou agente que refaça a Análise Preliminar, no caso dos requisitos mínimos não terem sido preenchidos de forma adequada e suficiente; ou

III- determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR.

Art. 6º. Submetido o processo de AIR à Diretoria Colegiada - DICOL, esta, deliberando pela aprovação, poderá:

I – determinar a remessa do processo à Diretoria ou órgão proponente para o prosseguimento do processo de AIR (nível II ou III);

II - determinar a instauração de grupo de trabalho – GT, que poderá ser composto pela área responsável ou áreas afins, para elaboração de proposta de medida regulatória, fixando as diretrizes a serem observadas e o prazo de duração;

III – apresentar contribuições por escrito no prazo de 30 (trinta) dias; ou

IV – determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR.

Parágrafo único. Nos casos em que for instituído grupo de trabalho - GT, este será coordenado pelo órgão ou agente indicado da Diretoria proponente e poderá ser auxiliado pela Secretaria-Geral - SEGER, que observará: I - qualidade e completude dos procedimentos; e II - apoio técnico à realização da análise intermediária.

Seção II

Dos Estudos dos Impactos – Nível II e III

Art. 7º Na fase de instrução do processo de AIR, a área responsável pela elaboração da AIR ou o grupo de trabalho poderá:

I – promover discussão interna com órgãos técnicos que participam do processo de AIR;

II - juntar documentos e pareceres;

III – realizar consultas prévias;

IV – solicitar informações, inclusive, mas não limitado, aos grupos afetados;

V – promover reuniões com os grupos afetados;

VI – convidar outros órgãos para qualificar dados e informações; e

VII - elaborar estudos e, se necessário, propor a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.

§ 1º. Nos casos em que seja proposto o estabelecimento ou alteração de sanção, deverá ser previamente ouvida a Diretoria de Fiscalização – DIFIS.

§ 2º. Deverá ser dada ciência à Central de Relacionamento e aos Núcleos, à GCOMS e à Ouvidoria, devendo ser disponibilizado a estes, previamente à divulgação externa da medida impactante, resumo da medida e material informativo detalhado, preferencialmente no formato de perguntas e respostas.

Art. 8º Concluída a fase instrutória, será elaborada Nota Técnica, contendo os elementos constantes da Análise Preliminar acrescidos de, no mínimo:

I – cenários contendo as opções indicadas na Análise Preliminar, aquelas que, eventualmente, foram indicadas pela DICOL, bem como aquelas desenvolvidas pelo grupo de trabalho, devendo em todos os casos ser considerados os grupos afetados;

II – a comparação entre as alternativas formuladas, inclusive frente à situação atual, ressaltando, particularmente, os métodos e técnicas utilizados;

III – conclusão explicitando qual a opção mais adequada para resolver o problema e as soluções alternativas;

IV – a forma de implementação da medida regulatória e de monitoramento dos seus resultados, quando couber;

V – a conformidade com os padrões e recomendações de associações ou órgãos técnicos nacionais e internacionais de regulação, supervisão, contabilidade e atuária, políticas públicas, dentre outros, quando couber; e

VI – a consolidação dos resultados dos processos de consulta prévia, quando houver.

Art. 9º O processo de AIR será encaminhado à DICOL para deliberação sobre a ação recomendada na Nota Técnica.

§ 1º Na deliberação sobre o processo de AIR, a DICOL poderá determinar:

I – a forma de participação social:

- p) consultas prévias;
- q) consulta interna;
- r) câmara técnica;
- s) consulta pública; e
- t) audiência pública.

II – no caso de optar pela publicação de ato normativo, a remessa do processo para elaboração de manifestação formal e jurídica, nos termos da RA 49 e suas sucedâneas;

III - a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento ou de instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada; ou

IV – o arquivamento do processo de AIR.

§ 2º No caso de não ser realizada nenhuma forma de participação social, deve constar justificativa, registrada em ata.

§ 3º: No caso de realização de consultas públicas, internas ou externas, ou audiências públicas, deverá ser elaborado um plano de comunicação para divulgação das mesmas.

Seção III Da Urgência

Art. 10 As medidas regulatórias que forem classificadas como urgentes deverão explicitar, nos termos do Decreto 4.176/2002:

- I – qual a razão de ser indispensável a vigência imediata;
- II – se não foi prevista a causa ou o agravamento do problema; e
- III – se houve um desenvolvimento extraordinário de situação já prevista.

Parágrafo único. Os processos de AIR classificados como urgentes poderão conter, além da Análise Preliminar, as demais etapas do processo de AIR definidas pela DICOL no momento da deliberação.

Seção IV Participação Social

Art. 11 A participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de medida regulatória e tomada de decisão da ANS mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas será disciplinada pela RN nº 242, de 2010 e suas sucedâneas, tendo por referência a Política de Governança Digital.

Subseção I Das Consultas Internas

Art. 12 A consulta interna será formalizada e divulgada na rede local de computadores – *Intrans*.

§ 1º A publicação de que trata o *caput* deverá conter:

I – o período de recebimento de sugestões e contribuições;

II – a forma do encaminhamento das sugestões e contribuições; e

III – a indicação do *link* na *Intrans* onde se encontra a minuta objeto da consulta e os demais documentos importantes para a sua apreciação.

§ 2º O período de consulta interna terá início no dia seguinte à publicação de que trata o *caput* e terá duração de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da DICOL.

§ 3º Nos casos de urgência, a consulta poderá ter seu prazo reduzido para cinco dias úteis.

Art. 13 Durante a consulta interna, ficarão disponíveis na *Intrans*:

I – a nota técnica de AIR;

II – a exposição de motivos da medida regulatória que se pretende editar;

III – a proposta estruturada da medida regulatória; e

IV – o formulário de sugestões e contribuições.

Art. 14 A participação dos servidores lotados na ANS nas consultas internas far-se-á, obrigatoriamente, por meio eletrônico mediante o preenchimento do formulário de sugestões e contribuições.

Art. 15 Concluído o prazo para o encaminhamento das sugestões e contribuições, a área técnica responsável pela condução do processo de AIR deverá divulgar na *Intranet*, em até 90 (noventa) dias, um Relatório da Consulta Interna - RCI, que deverá conter, com relação às sugestões e contribuições recebidas, no mínimo:

I – o número total;

II – dados estatísticos;

III – a consolidação;

IV – a manifestação motivada sobre seu acatamento ou rejeição; e

V – a identificação de sua incorporação à proposta da medida regulatória.

CAPÍTULO III

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA REGULATÓRIA

Art. 16 Findo o processo de elaboração e implantação da medida regulatória, caberá ao órgão técnico o monitoramento das metas e indicadores, conforme inciso IV do art. 8º e a elaboração de Relatório de Monitoramento.

§ 1º Caso a responsabilidade pela elaboração da medida regulatória tenha sido compartilhada por mais de uma diretoria, caberá à Diretoria Colegiada indicar quais os órgãos técnicos serão responsáveis pelo monitoramento e avaliação.

§ 2º – No caso de o órgão técnico vincular suas metas e indicadores a um dos instrumentos de gestão estratégica, fica este eximido de apresentação do Relatório.

Art. 17 Os responsáveis pelo monitoramento e avaliação deverão encaminhar os Relatórios de Monitoramento e os de Avaliação à DICOL para apreciação.

Parágrafo único No caso dos regimes de urgência ou de ser implementada uma medida regulatória apenas com a Análise Preliminar, o monitoramento deverá ser realizado, tendo por referência a magnitude do problema, suas causas e consequências.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 O Manual de Boas Práticas Regulatórias deve permanecer disponível no Portal da Agência para consulta.

§ 1º O Manual de que trata este artigo deve ser amplamente divulgado aos órgãos técnicos, inclusive por meio de capacitações teórico-práticas.

§ 2º O Manual deve conter modelos de documentos a serem adotados pelos órgãos técnicos responsáveis.

Art. 19 Esta Resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação oficial.

Art. 20 Ao entrar em vigor esta Resolução Administrativa, suas disposições se aplicam desde logo aos processos normativos em andamento.

Art. 21 Os incisos I e IV do art. 4º, da Resolução Administrativa – RA nº 49, de 13 de abril de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O processo administrativo normativo deverá ser instruído, obrigatoriamente, com:

I – a Análise Preliminar, quando couber na forma da Resolução Administrativa nº ____, de ____ de _____ de 2016;

.....
.....

IV – o Despacho de Iniciativa, quando couber na forma da Resolução Administrativa nº ____, de ____ de _____ de 2016;

Art. 22 O art. 4º, da RA nº 49, de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação

V – o Despacho de encaminhamento dos autos para a Procuradoria Federal junto à ANS - PROGE, que deverá conter, além dos documentos listados nos incisos I, II e III:

Art. 23 Revogam-se os artigos 5º e 6º e o Anexo da RA nº 49, de 2012

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
DIRETOR-PRESIDENTE

ANEXO I – ANÁLISE PRELIMINAR DE IMPACTO REGULATÓRIO

Este formulário deverá ser preenchido para discussão inicial da proposta, com base nos problemas

ANÁLISE PRELIMINAR	
Tema:	
Diretoria:	Gerência:
Equipe técnica responsável:	
Síntese do problema ou da situação que reclama providências:	
Quais grupos são potencialmente afetados pelo problema? Beneficiários - () sim () não Em caso negativo, justifique: Prestadores - () sim () não Em caso negativo, justifique: Operadoras - () sim () não Em caso negativo, justifique: Outros:	
Descreva quais são os objetivos a serem alcançados:	
Explique quais são as opções existentes para resolver o problema? Há outro projeto sobre a matéria? <i>Recomenda-se responder às perguntas adicionais e, caso positivo, proceder à análise intermediária*</i>	
Identificação preliminar de custos: <i>Recomenda-se responder às perguntas do checklist de impactos operacionais*</i>	
Fundamentos legais:	
Definição dos mecanismos de consulta:	
Razões que justificam a urgência: <i>A ser preenchido somente se o ato proposto for medida que deva tramitar em regime de urgência (conforme o Decreto 4.176/2002)</i> <ul style="list-style-type: none">• <i>por que é indispensável a vigência imediata;</i>• <i>se se trata de problema cuja causa ou agravamento não tenham sido previstos (se o problema descrito não teve previsão de determinadas causas ou consequências);</i>• <i>se se trata de desenvolvimento extraordinário de situação já prevista (em termos quantitativos ou qualitativos).</i>	

Observação: A falta ou insuficiência das informações prestadas poderá acarretar a devolução do processo para que se complete o exame ou se reformule a proposta.

ANEXO II – ANÁLISE INTERMEDIÁRIA

Este formulário deverá ser preenchido para comparação das alternativas regulatórias formuladas na análise preliminar. Sugere-se a pontuação de 10 para as respostas classificadas como de alto impacto; de 50 para as respostas classificadas como de médio impacto e de 90, para aquelas classificadas como de baixo impacto.

CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE INTERMEDIÁRIA	Alt1	Alt2	Alt3
1. CRITÉRIOS APONTADOS NO VALOR EFICIÊNCIA			
1.1 A sustentabilidade econômica das OPS pode ser afetada com a medida? ex: impactos em garantias financeiras, solvência (riscos operacionais), impactos tributários e fiscais?			
ALTO IMPACTO: A operadora corre maior probabilidade de se situar nas faixas de alto risco do monitoramento econômico-financeiro (porte e principais indicadores: liquidez corrente; índice combinado; margem de lucro líquido e endividamento de curto prazo).			
MÉDIO IMPACTO: Há impacto financeiro significativo, fazendo com que a operadora tenha de se reorganizar para cumprir o regulamento.			
BAIXO IMPACTO: Nenhum impacto ou impacto pouco significativo nesse quesito			
1.2 São identificados impactos que afetariam a precificação ? Que tipo de produtos seriam impactados ex: individuais/coletivos, diferentes faixas de preço?			
ALTO: Aumento da despesa assistencial (decorrente de ampliação de rede/cobertura ou decorrente do cumprimento das exigências regulatórias) impactando os preços.			
MÉDIO: Aumento das despesas, mas com alguma compensação, de forma que a precificação não seja alterada (incentivos às ações de promoção e prevenção).			
BAIXO: Readequação do pacto inter geracional ou qualquer outra medida que possa reduzir os preços para a maior parcela dos beneficiários de um determinado plano, ou não são identificados aspectos que afetariam a precificação.			
1.3 São identificados aspectos que impactariam a seleção adversa das OPS?			
ALTO: Necessidade de adequação atuarial que reduza os preços para segmentos da população que tendem a gerar maiores custos para as operadoras de planos de saúde (idosos, mulheres em idade fértil, indivíduos com doenças crônicas)			
MÉDIO: Definição de preço mínimo/adequação atuarial e elevação do ponto de corte para o pool de risco ou qualquer medida que diminua a liberdade de precificação das operadoras			
BAIXO: Definição de preço mínimo/adequação atuarial ou presença de qualquer medida que permita às operadoras melhor discriminar risco em relação à situação atual (ex: ampliação da faixa de precificação, de acordo com o risco) ou não são identificados aspectos que impactem a seleção adversa.			

1.4 A medida proposta afeta de forma isonômica os diferentes arranjos de OPS ex: modalidade, verticalização, porte, regionalização?
ALTO: Medida beneficia indiretamente alguma modalidade, ou alguma modalidade ou porte pode ser favorecida quanto à facilidade de implementação.
MÉDIO: Imposição de alguma regra ou estímulo direcionado a determinado arranjo (ex: regras obrigatórias para quem possui rede própria)
BAIXO: A medida trata as operadoras de forma específica/diferenciada, de acordo com sua modalidade ou porte.
1.5 A medida proposta pode afetar a demanda por planos no setor?
ALTO: A medida pode levar a situações de aumento ou redução da demanda
MÉDIO: A proposta não afetará a demanda
BAIXO: A proposta pressupõe um novo equilíbrio, alterando a demanda, com contrapartida de oferta.
1.6 Os prestadores de serviços de saúde podem ser afetados: positivamente/negativamente?
ALTO: Aumento dos custos para os prestadores sem nenhuma contrapartida (ex: regulação direta e restritora ,redução de demanda; critérios de remuneração diferenciada).
MÉDIO: Aumento dos custos para os prestadores com alguma contrapartida (ex: regulação direta e restritora ,redução de demanda; critérios de remuneração diferenciada - (pressupõe melhoria da qualidade) ou sem efeitos
BAIXO: Efeitos indiretos ou efeitos positivos
1.7 O modelo de negócio pode ser afetado pela medida?
ALTO: Programas de Qualidade/medidas administrativas que impliquem reorganização das operadoras (ou de parte considerável delas) para atender as exigências do regulamento
MÉDIO: Presença de quaisquer medidas que possam tornar necessário que algumas operadoras reorganizem seu negócio (ex: pool de risco/medidas de alteração nas variáveis de monitoramento de risco econômico-financeiro)
BAIXO: Presença de qualquer outra medida que incentive uma determinada organização administrativa ou modelo de negócio sem obrigar sua adoção (ex: medida que incentive o investimento em rede)ou não afeta.
1.8 Existe potencial para modificar os aspectos concorrenciais?
ALTO: Diminuição da concorrência. Aumento de exigências assistenciais e econômico-financeiras
MÉDIO: Não altera a concorrência (ex: monitoramento dos mercados relevantes)
BAIXO: Aumento da concorrência (ex: pode reduzir barreiras à entrada)

2. CRITÉRIOS APONTADOS NO VALOR EFETIVIDADE

2.1 A medida proposta prevê algum tipo de aferição da sua efetividade:

ALTO: Não há medida ou referência para a proposta

BAIXO: Há um indicador e/ou meta para a proposta

2.2 A medida proposta pode gerar impactos na qualidade de vida dos beneficiários:

Impacto na percepção do Estado Geral de Saúde;

Impacto no diagnóstico e tratamento;

Impacto na identificação e manejo da capacidade funcional/Impacto na percepção de segurança na atenção à saúde;

Impacto nos aspectos sociais, emocionais e de saúde mental;

Impacto na satisfação com os serviços de saúde (Qualificação/Acreditação),

Mudanças no perfil de morbi-mortalidade

Impacto direto na qualidade da assistência prestada (QUALISS/desempenho prestadores/remuneração com base em parâmetros de qualidade)

Impacto na melhoria das práticas de gestão das operadoras (governança corporativa; gestão de riscos)ou impacto na diluição de risco das operadoras (alinhamento de critérios assistências e econômico-financeiros)

Impacto na relação com beneficiários (transparência/atendimento)

Impactos na gestão assistencial/ linhas de cuidado

Impacto na redução de consultas/exames/internações

total

ALTO: Nenhum dos elementos está presente

MÉDIO: Presença de um a dois elementos

BAIXO: Presença de três ou mais elementos ou mudanças no perfil de morbi-mortalidade (longo prazo)

2.3 É possível realizar o acompanhamento de informações que apontem os resultados da implementação da proposta?

ALTO: Não há previsão

BAIXO: Há previsão de divulgação e periodicidade na proposta

3. CRITÉRIOS APONTADOS NO VALOR EQUIDADE

3.1 A medida proposta pode impactar o acesso dos beneficiários de planos de saúde aos serviços de atenção à saúde?

ALTO: Limita ou restringe o acesso**MÉDIO:** Restringe o acesso, mas de forma positiva, tornando-o organizado (ex: acesso organizado ao PROMO-PREV)**BAIXO:** Garante ou amplia o acesso/não impacta

3.2 A medida proposta pode impactar a qualidade dos serviços de atenção à saúde prestados aos beneficiários em curto prazo?

ALTO: Pode comprometer a qualidade (segurança do paciente, acessibilidade, conforto)**MÉDIO:** Não altera os aspectos da qualidade**BAIXO:** Pode melhorar a qualidade dos serviços prestados

3.3 A medida proposta pode gerar, por parte da operadora, a adoção de mecanismos de regulação?

ALTO: Estimula a adoção de meios ou recursos técnicos, administrativos ou financeiros para o gerenciamento da prestação de serviços, limitando o acesso.**MÉDIO:** Pode estimular a adoção, mas sem limitar o acesso.**BAIXO:** Não estimula a adoção

3.4 A medida proposta pode induzir à alteração da relação Operadoras/Prestadores?

ALTO: Pode deteriorar o relacionamento (afetar a resolutividade dos conflitos ou interferir na transparência da relação)**MÉDIO:** Não afeta/interfere na relação entre as partes citadas

x x x

BAIXO: Pode melhorar o relacionamento, melhorar a transparência.

3.5 A medida proposta pode induzir à alteração da relação Operadoras/Beneficiários?

ALTO: Pode deteriorar o relacionamento (afetar a resolutividade dos conflitos ou interferir na transparência da relação)**MÉDIO:** Não afeta/interfere na relação entre as partes citadas**BAIXO:** Pode melhorar o relacionamento, melhorar a confiança

3.6 A medida proposta pode induzir à alteração da relação Prestadores/Beneficiários?

ALTO: Pode deteriorar o relacionamento (afetar a resolutividade dos conflitos ou interferir na transparência da relação)**MÉDIO:** Não afeta/interfere na relação entre as partes citadas

x x x

BAIXO: Pode melhorar o relacionamento, melhorar a confiança.

	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
4. CRITÉRIOS APONTADOS NO VALOR TRANSPARÊNCIA			
4.1 A participação social está garantida na elaboração da proposta regulatória?			
ALTO: Somente no final do processo e de forma restrita (por uso de aplicativos, com possibilidade de contribuição limitada – apenas em itens previamente definidos).			
MÉDIO: De forma pontual/dirigida			
BAIXO: Durante todo o processo e com formas inovadoras de participação (customização das formas, de acordo com os públicos: grupos temáticos, comitês, câmaras técnicas)			
4.2 A medida proposta está escrita de maneira clara para o público alvo?			
ALTO: Existência de termos técnico-específicos sem definições/glossário e de forma não organizada e não clara de apresentação			
MÉDIO: Quando apenas um dos quesitos estiver presente (termos incompreensíveis ou forma não organizada de apresentação)			
BAIXO: Ausência de termos técnicos ou existência de termos técnicos com suas definições/glossário e de forma clara e organizada de apresentação			
4.3 Os prazos estão descritos de maneira explícita?			
ALTO: Não			
MÉDIO: Somente o prazo da vigência está descrito			
BAIXO: Sim (vigência, no caso de normativos; prazos das etapas dos processos envolvidos, preferencialmente em INs; prazos para acompanhamento da implementação; prazo para revisão da norma/proposta; pactuação dos prazos)			
4.4 A medida proposta contribui para a melhoria da qualidade da informação prestada à ANS?			
ALTO: Não, pode piorar a qualidade da informação prestada à ANS – pode dificultar o envio das informações, tendo reflexos em sua qualidade (maior número de campos a serem preenchidos/regularidade ou forma de envio)			
MÉDIO: Não há nenhuma relação com informações prestadas à ANS – não interfere no envio de informações à ANS			
BAIXO: Sim, promove o aprimoramento dos dados enviados ou facilita as análises por parte da ANS.			
4.5 A medida proposta contribui para a diminuição da assimetria de informação no setor?			
ALTO: Não, não acrescenta informações necessárias /relevantes/importantes para o setor, ou não esclarece /facilita/melhora a compreensão do setor.			

MÉDIO: As informações veiculadas são relevantes, mas estão dispersas ou não estão organizadas de forma clara.
BAIXO: Sim, acrescenta informações necessárias/relevantes/importantes ou sim, esclarece/facilita/melhora a compreensão do setor
4.6 A medida proposta contribui para a melhoria da tempestividade e qualidade da informação prestada aos beneficiários?
ALTO: Pode piorar a qualidade da informação prestada aos beneficiários – a informação é tardia e não agrega valor ao beneficiário (empoderamento/escolhas/utilidade)
MÉDIO: Não há nenhuma relação com informações prestadas aos beneficiários – apenas um dos quesitos é satisfeito (tempestividade ou utilidade)
BAIXO: Sim, promove a melhoria da qualidade da informação prestada aos beneficiários – a informação é tempestiva e agrega valor ao beneficiário.
4.7 A medida está conforme as demais regulamentações anteriormente produzidas?
ALTO: Pode estar contrária a alguma Lei ou Normativo (Ex: Código de Defesa do Consumidor, Estatuto do Idoso, Leis 9656 e 9961)
MÉDIO: Não é claramente contrária às Leis, mas pode dar margem a interpretações dúbias
BAIXO: Não contraria nenhuma Lei ou Normativo

	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
5. CRITÉRIOS APONTADOS NOS VALORES RAZOABILIDADE			
5.1 A medida proposta demanda aumento de despesas com infraestrutura – espaço físico, mobiliário, novos equipamentos, necessidade de novos investimentos por parte da ANS?			
ALTO: Projetos que causem aumento de despesas com infraestrutura e logística superando o orçamento.			
MÉDIO: Projetos que causem aumento das despesas com infraestrutura, sem comprometimento orçamentário.			
BAIXO: Projetos com baixo ou nenhum impacto direto nas despesas com infraestrutura.			
5.2 A medida proposta demanda despesas com pessoal; passagens e diárias; eventos; capacitação; nova contratação de consultoria/empresa de pesquisa ou alteração no TR relativo à contratação, especialmente da Central de Relacionamento da ANS?			
ALTO: Projetos que causem incremento de despesa, superando o orçamento no exercício.			
MÉDIO: Projetos não previstos, mas que não ultrapassam o orçamento.			
BAIXO: Projetos previstos e que estejam dentro do orçamento.			

5.3 A medida proposta demanda o desenvolvimento ou manutenção evolutiva de novos sistemas de informação?			
ALTO: Projetos que envolvam o desenvolvimento de novos sistemas e/ou adaptação de sistemas já existentes.			
MÉDIO: Projetos que envolvam correções pontuais ou ajustes de sistemas internos, já desenvolvidos.			
BAIXO: Projetos que não envolvam o desenvolvimento de novos sistemas.			
5.4 A medida proposta demanda o desenvolvimento de um novo serviço; criação de um novo processo de trabalho/aumento no volume dos processos de trabalho, alterações nos processos de trabalho, especialmente os processos de monitoramento, intermediação e fiscalização?			
ALTO: Projetos que envolvam o desenvolvimento de um novo serviço, criação de um novo processo de trabalho/aumento no volume dos processos de trabalho e/ou alterações nos processos de trabalho sem benefício identificável para a instituição ou a redução de custos com tais medidas. Projetos que envolvam aumento de custos de forma permanente também podem ser avaliados como de alto risco.			
MÉDIO: Projetos que envolvam aumento de custo no curto prazo, com redução posterior no longo prazo.			
BAIXO: Projetos com baixo custo e benefícios identificáveis.			
5.5 A medida proposta demanda capacitação da equipe e treinamento ofertado às operadoras; estratégia de comunicação?			
ALTO: Aumento significativo da demanda por capacitação ou de gastos necessários à estratégia de comunicação, ultrapassando o orçamento previsto.			
MÉDIO: Aumento da demanda de capacitação e treinamento, bem como de comunicação, sem comprometimento orçamentário.			
BAIXO: Custos baixos e previstos em orçamento.			
5.6 A medida proposta pode influenciar os custos das medidas administrativas: suspensões, portabilidade e regimes especiais?			
ALTO: A medida proposta aumenta os custos das medidas administrativas, acarretando aumento das suspensões, portabilidade e regimes especiais, ultrapassando os limites orçamentários.			
MÉDIO: A proposta aumenta os custos, porém sem ultrapassar limites orçamentários.			
BAIXO: A proposta não acarreta impactos indiretos aos custos de despesas administrativas.			
TOTAL GERAL			
MÉDIA GERAL			
% DA PONTUAÇÃO MÁXIMA			
ORDEM PARA SELEÇÃO GERAL DAS ALTERNATIVAS (CRESCENTE)	2	3	1

ANEXO III – LISTA DE IMPACTOS OPERACIONAIS

Esse formulário deverá ser preenchido, quando da análise preliminar. Assinale os itens que estão relacionados à implementação da proposta e que poderão impactar o órgão regulador.

LISTA DE IMPACTOS OPERACIONAIS	
1. Necessidade de viagens (além da cota prevista):	
Viagens internacionais	
Acréscimo importante nas viagens relativas às visitas técnicas/fiscalização	
2. Necessidades de capacitação (para incluir no PAC)	
Cursos internos	
Cursos externos	
3. Necessidades de eventos (para divulgação do novo projeto/treinamento)	
4. Necessidade de consultores para estudos	
via OPAS	
via contratos/licitação	
via convênio	
5. Necessidade de alterações contratuais:	
Mudanças na infraestrutura:	
5.1 Locação de imóveis (condomínio/IPTU)	
5.2 Serviços de Energia Elétrica	
5.3 Obras e reformas (mudança de layout e necessidade de infraestrutura para recepção de novos servidores/colaboradores)	
5.4 Serviços de manutenção	
Relacionamento e telecomunicação/correio:	
5.5 Central de Relacionamento	
5.6 Serviços de telefonia (móvel ou fixa)	
5.7 Serviços postais	
Gestão documental e cópias:	

5.8 Serviços de gerenciamento de impressão	
5.9 Reprografia	
5.10 Gerenciamento e guarda de documentos	
Pessoal:	
5.11 Apoio administrativo	
5.12 Copeiragem	
5.13 Limpeza e Conservação	
5.14 Serviços de Vigilância	
Transporte/logística:	
5.15 Serviços de locação de veículos (maior demanda de deslocamentos para fiscalização)	
5.16 Serviços de transporte de cargas	
Comunicação:	
5.17 Serviços gráficos e editoriais	
5.18 Publicidade Legal	
6. Necessidade de maior consumo de materiais de expediente	
7. Necessidade de aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e foto	
8. Necessidade de aquisição de mobiliário	
9. Assinatura de periódicos e anuidades	
10. Necessidade de novas coleções e materiais bibliográficos	
11. Tecnologia da Informação	
11.1 Aquisição de novos equipamentos (desktops e notebooks)	
11.2 Desenvolvimento de novo software ou manutenção evolutiva	
11.3 Licenças e compras de software	
11.4 Ampliação da conectividade	

OBS: Esta lista constitui ferramenta importante para a previsibilidade dos impactos internos, diretamente relacionados às atribuições da Diretoria de Gestão.

Anexo IV – Fluxograma do processo de AIR

